

---

Subsídios para a Implementação no Brasil

---

A stylized graphic of a globe with a star, rendered in a reddish-brown color. The globe is composed of several curved lines, and the star is a simple four-pointed shape with a central dot. The graphic is positioned behind the main title text.

AGENDA 21  
DE AÇÃO DAS MULHERES  
PELA PAZ E POR UM  
PLANETA SAUDÁVEL

## **Índice**

<b>Participação das Mulheres na Reunião da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10)</b>	<b>5</b>
<b>Principais Resultados das Conferências Internacionais da ONU</b>	<b>7</b>
<b>Agenda das Mulheres Brasileiras pela Paz e por um Planeta Saudável</b>	<b>12</b>
<b>Desafios para a Implementação: Agenda 21 de Ação das Mulheres no Nível Local</b>	<b>36</b>
<b>Mobilizando o Envolvimento das Mulheres nas Políticas do Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>38</b>

## **Participação das Mulheres na Reunião da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10)**

Vista por muitos como um fracasso, a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável que se realizou em Joanesburgo de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002, conclui também uma era, a das grandes conferências da ONU. A presença de representantes da sociedade civil na África do Sul foi significativamente inferior ao número de participantes esperado pelos organizadores. Talvez o sentimento de frustração diante dos resultados produzidos no processo preparatório da Conferência tenha sido um dos fatores que contribuiu para essa redução.

Para as mulheres esses grandes fóruns mundiais representaram um importante espaço de articulação política e de visibilidade, permitindo a construção de uma agenda que foi sendo reafirmada em cada uma dessas conferências, com ênfase em aspectos específicos que se referiam à pauta em questão de cada uma delas. A primeira foi a ECO-92. Lá, lançamos a plataforma de ação das mulheres para o desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 das Mulheres por um Planeta Saudável. Os 14 pontos da agenda congregavam uma série de tópicos que foram sendo retomados posteriormente na Conferência de Direitos Humanos, na de População e Desenvolvimento, na Cúpula de Desenvolvimento Social, na Conferência sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz de Beijing, na Conferência do Habitat, na Cúpula sobre Segurança Alimentar e na Conferência de Combate ao Racismo. Em cada uma dessas ocasiões a pauta de direitos das mulheres teve que ser renegociada com garra e qualidade, pois sempre houve tentativas de retrocesso promovidas por lobbies fundamentalistas e por todos aqueles que vêem no reconhecimento da cidadania feminina uma ameaça.

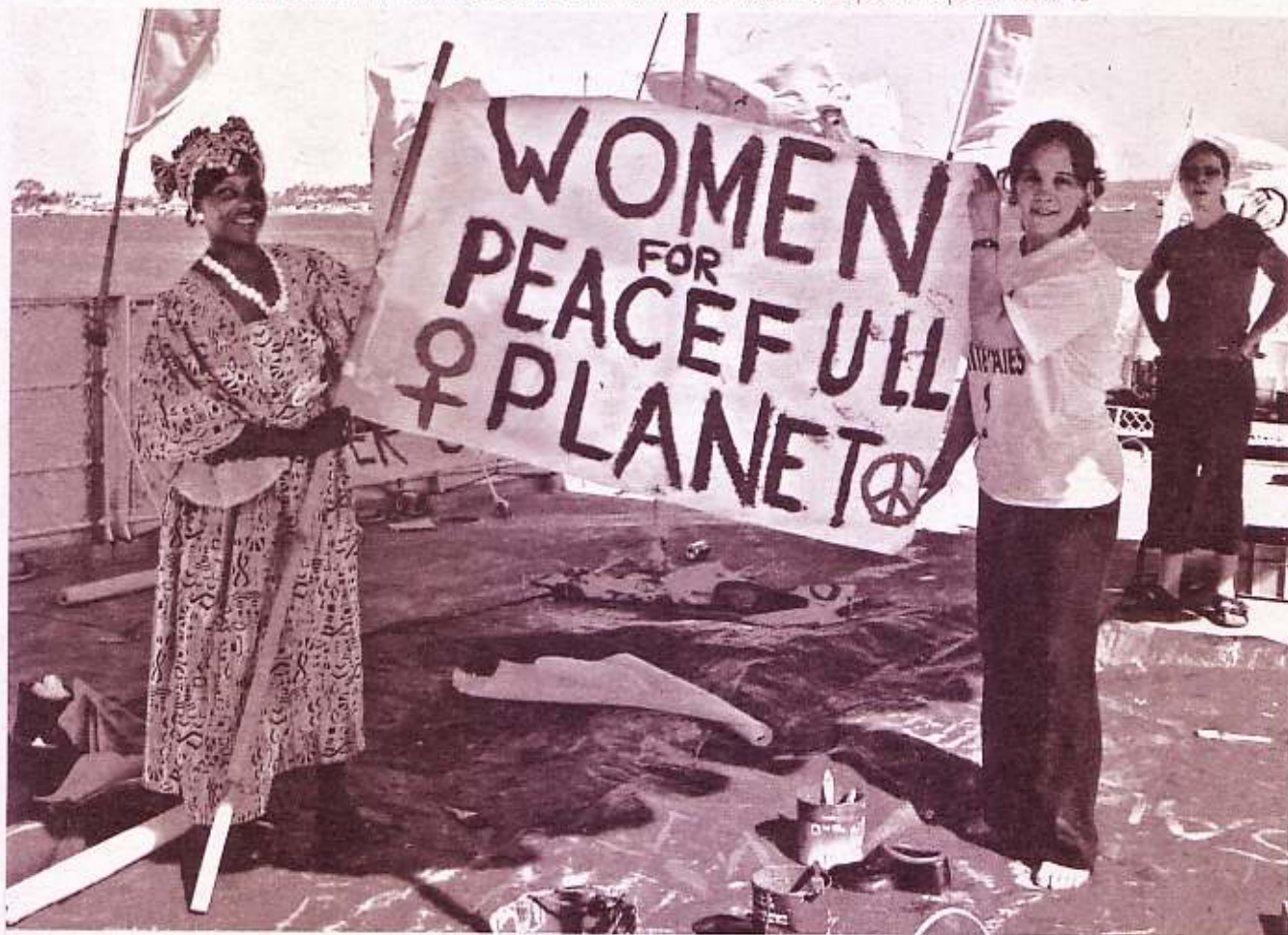
Para a reunião de Joanesburgo, as mulheres se organizaram internacionalmente, fizeram uma avaliação de suas temáticas e estratégias, tiveram mais uma vez uma postura pró-ativa, levantando uma série de propostas concretas de ação a serem negociadas no processo de implementação pós Joanesburgo com governos e com outros setores da sociedade civil. Essa estratégia, que recebeu o nome de Agenda 21 de Ação das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável 2015, foi elaborada a partir de discussões eletrônicas e em cinco reuniões regionais contando ao todo com a participação de mais de 2.000 pessoas. O processo foi facilitado pela REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano) em parceria com a WEDO (Organização das Mulheres para o Meio Ambiente e Desenvolvimento) e uma coalizão de organizações internacionais. Disseminada em quatro línguas, a Agenda das Mulheres foi lançada no primeiro dia da Conferência de Cúpula atraindo um grande número de representantes da imprensa mundial e de delegados presentes à Conferência. Os cinco grandes tópicos da Agenda - Paz e Direitos Humanos, Globalização e Sustentabilidade, Acesso e Controle dos Recursos Naturais, Saúde e Segurança Ambiental e Governança - serviram também de base para a programação da Tenda de Ação das Mulheres, organizada Llitha Labantu - Organização de Mulheres Sul Africanas e WEDO, no Fórum das ONGs de NASREC, para o qual confluíram aproximadamente 8000 representantes de organizações não governamentais.

Apesar dos resultados finais bastante genéricos que deixaram a desejar, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável nos deixou um legado explícito: a urgência de transformar palavras e recomendações em ações e resultados concretos. Ao longo do ciclo de conferências da ONU reunimos um considerável conjunto de recomendações, muitas delas fruto da mobilização dos mais diferentes movimentos sociais. No entanto, poucas delas foram colocadas em prática. É necessário agora usar essa mesma estratégia, mobilizar recursos de organizações não governamentais, governos, movimentos sociais, agências de desenvolvimento e estabelecer metas para a implementação.

A Agenda das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável 2015 funcionará para nós como uma espécie de guia. A contribuição das mulheres brasileiras para essa agenda global foi discutida em uma reunião de consulta que ocorreu em outubro de 2001 na cidade do Rio de Janeiro, reunindo aproximadamente 300 participantes de todo o Brasil e algumas representantes latino-americanas. Nosso documento consta de oito tópicos como pode ser conferido e é um pouco diferente da internacional.

Esta publicação tem como proposta fornecer alguns subsídios para esta nova etapa de implementação da Agenda 21 de Ação das Mulheres no Brasil. Com este objetivo compartilhamos os principais resultados gerados no âmbito das conferências globais ocorridas nos últimos dez anos e a seguir reproduzimos as principais recomendações da reunião de consulta do Rio de Janeiro (outubro 2001). Finalizamos com um capítulo sobre os principais desafios para implementação da Agenda no nível local, reunindo pesquisas e algumas boas práticas desenvolvidas nos últimos dez anos.

Mulheres protestam em Bali, Indonésia, durante reunião do IV Comitê Preparatório para a Rio + 10



## **Principais Resultados das Conferências Internacionais da ONU**

As Conferências e Cúpulas dos últimos dez anos e suas respectivas revisões de 5 anos, foram cruciais para o crescimento da conscientização de gênero no mundo, já que tiveram o efeito cumulativo de colocar as questões da mulher e a étnico racial no centro do discurso internacional, em processos decisórios relativos ao meio ambiente, população, direitos humanos, segurança alimentar e desenvolvimento social.

### **Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Rio 1992**

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), no Rio de Janeiro, em 1992, foi um evento de grande relevância para a causa das mulheres. Nossa participação no processo mostrou a eficiência da nossa estratégia de mobilização e articulação em redes e tornou público o fato de que a inclusão da experiência e visão das mulheres nos processos decisórios, é fundamental para que se alcance o desenvolvimento sustentável. Essa visão está traduzida nas mais de 120 recomendações contidas em todo o documento da Agenda 21, a Plataforma de Ação do Desenvolvimento Sustentável, adotada por Chefes de Estado de 179 países. Mais especificamente, no capítulo 24, que congrega um conjunto de recomendações, mecanismos e metas para integrar as mulheres e a questão de gênero em todos os níveis de governo e nas atividades correlatas de todas as agências da ONU.

Em 1997, na sessão especial para revisão e avaliação da implementação da Declaração do Rio e da Agenda 21, a Assembléia Geral reiterou a necessidade de parcerias globais para alcançar as metas estipuladas na Declaração do Rio e na Agenda 21. O Programa adotado durante a assembléia especial enfatizou a necessidade de ampliar os esforços para aumentar a participação igualitária da mulher no desenvolvimento econômico, social e político, bem como em todos os setores da economia, nos processos decisórios, e nas áreas da ciência e tecnologia, fundamentais para que se avance no desenvolvimento sustentável.

### **Conferência Mundial dos Direitos Humanos - Viena 1993**

A Conferência Mundial dos Direitos Humanos assumiu a necessidade de tomar medidas de combate a todas as formas de discriminação e violência contra a mulher. Reafirmou os direitos humanos da mulher e da menina como inalienáveis, integrais, universais e indivisíveis. O objetivo prioritário da Conferência foi identificado como a participação plena e igualitária das mulheres na vida civil, econômica, social e cultural.

Violência de gênero e todas as formas de abuso sexual e exploração, incluindo as resultantes de preconceitos e tráfico de mulheres, foram definidas como incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana.

A violência contra a mulher em situações de conflito armado, particularmente assassinatos, estupro sistemáticos, escravidão sexual e gravidez forçada, foram identificados como violações aos princípios fundamentais dos direitos humanos internacionais e da lei humanitária.

### **IV Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento - Cairo 1994**

O Programa de Ação da Conferência recomenda que os Estados membros garantam: a) participação e representação igualitária da mulher em processos políticos; b) melhoria na educação, emprego e habilidades das

mulheres; e c) eliminação de todas as formas de práticas discriminatórias que impeçam o acesso das mulheres ao emprego, a recursos e à segurança social. A Conferência também detectou a questão da discriminação de gênero dentro da família, refletida na ampla preferência por filhos e no tratamento diferenciado de filhos e filhas desde o princípio da vida. Aos governos foram solicitadas medidas que previnam a mutilação genital feminina, a seleção pré-natal, o uso de meninas na prostituição e a realização de casamentos sem o consentimento da noiva.

O Plano de Ação Mundial para a População representa um avanço ao condenar a coerção nos programas de controle populacional, graças às organizações de mulheres que denunciaram programas de esterilização compulsória, e que fizeram lobby pelo acesso ao aborto e à contracepção seguros. A Conferência colaborou para que se tornasse público o sofrimento de milhares de mulheres que morrem vítimas do aborto ou da falta de acesso a serviços de saúde que lhes permitam exercer o direito humano essencial de optar pela maternidade.

Os direitos reprodutivos, assim como a igualdade de gênero, o empoderamento (empowerment) e a eliminação da violência contra a mulher foram caracterizados como fundamentais em todo e qualquer programa integrado de população e desenvolvimento. O Programa de Ação foi mais além ao focar o papel e as responsabilidades do homem no planejamento familiar, no cuidado das crianças e nas tarefas domésticas. Ao fazer isso, criou um espaço para a transformação das relações de gênero e das identidades masculinas e femininas.

Na sessão especial para revisão e avaliação da Plataforma de Ação, realizada em 1999, a Assembléia Geral, inter alia, enfatizou a igualdade de gênero e o empoderamento (empowerment) feminino, incluindo a promoção e proteção dos direitos humanos da mulher. A Assembléia Geral também reconheceu o combate à mortalidade materna e morbidade como prioridades na saúde pública e chamou para a inclusão da perspectiva de gênero em todos os programas e políticas.

### **Cúpula de Desenvolvimento Social - Copenhague 1995**

A Declaração de Copenhague da Cúpula de Desenvolvimento Social constatou que as mulheres são as mais atingidas pelos efeitos da pobreza, do desemprego, da degradação ambiental e da guerra. Enfatizou que o desenvolvimento social e econômico não pode ser sustentado sem a participação integral da mulher e, assim, a igualdade e a equidade entre mulheres e homens deve ser uma questão prioritária na agenda de desenvolvimento econômico e social.

Ao chamar a atenção para o crescimento da pobreza em um mundo de abundância, a Cúpula focou os desafios impostos pela nova ordem econômica mundial e suas implicações para a paz e a segurança da humanidade. A pobreza da mulher, em particular, foi reconhecida como uma característica em evidência tanto nos países em desenvolvimento quanto nos países desenvolvidos. Ao reconhecer a importância dos problemas enfrentados pela população feminina, a Cúpula demandou novas estratégias para fortalecer o papel das mulheres em todos as esferas da vida civil, econômica e cultural.

### **IV Conferência Mundial da Mulher - Pequim 1995**

A IV Conferência Mundial da Mulher foi o maior encontro de oficiais de governo e representantes de ONGs já realizado. Na Conferência oficial em Pequim, as delegações dos 189 governos tiveram 6.000 participantes, enquanto outros 4.000 representaram ONGs, somando-os aos representantes da mídia e aos oficiais da ONU, o número de participantes chegou a 17.000. O Fórum de ONGs paralelo atraiu 30.000 participantes do mundo todo.

A Conferência adotou a Declaração de Pequim e a Plataforma de Ação. A Plataforma de Ação sustenta a Convenção da Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e edifica sobre as Estratégias de Nairóbi para o Avanço das Mulheres. A Plataforma de Ação se define como uma agenda para o

empoderamento (empowerment) da mulher, com 12 áreas críticas de interesse. Em última instância, o seu sucesso vai depender de um forte comprometimento por parte dos governos, das organizações internacionais e das instituições em todos os níveis, bem como da mobilização de recursos adequados.

As áreas críticas identificadas na Plataforma de Ação são: mulher e pobreza; educação e capacitação da mulher; mulher e saúde; violência contra a mulher; a mulher e o conflito armado; a mulher e a economia; a mulher no poder e nos processos decisórios; mecanismos institucionais para o avanço da mulher; direitos humanos da mulher; a mulher e a mídia; a mulher e o meio ambiente; e a menina. Ao aderir à Plataforma de Ação, 189 governos se comprometeram a implementar as ações propostas.

A Plataforma de Ação demanda que todas as partes do sistema das Nações Unidas monitorem a sua implementação pelos Estados membros e que a perspectiva de gênero seja incorporada em todas as políticas e programas das Nações Unidas.

A Declaração reconhece que a situação das mulheres experimentou avanços importantes na última década, embora não homogêneos, persistindo as desigualdades entre mulheres e homens, o que constitui um obstáculo importante para o bem-estar de todos os povos.

Os governos destacaram que se comprometem, sem reservas, a combater essas limitações, reconhecendo que os direitos das mulheres são direitos consagrados internacionalmente. Nesse sentido, reafirmaram a necessidade de garantir a plena aplicação dos direitos humanos das mulheres e meninas como parte inalienável, integral e indivisível de todos os direitos e liberdades fundamentais, estabelecendo o direito de todas as mulheres de decidir de forma consciente, com base em suas crenças e aspirações.

## **Assentamentos Humanos - Habitat II - Istambul 1996**

Assim como a Cúpula Urbana, o Habitat II lidou com dois temas centrais: "assentamentos humanos sustentáveis num mundo urbanizado" e "abrigo adequado para todos". A Conferência foi realizada em uma parceria entre órgãos das Nações Unidas, governos, autoridades locais, agências municipais, profissionais liberais e pesquisadores, o setor privado, organizações privadas sem fins lucrativos, ONGs, organizações comunitárias, sindicatos e parlamentares. O Caucus das Mulheres, um dos grupos de lobby mais organizados no Habitat II, monitorou a inclusão da perspectiva de gênero em todos os documentos finais e a garantia de proteção dos ganhos conquistados em Pequim.

A Agenda Habitat trata de inúmeros aspectos que interessam às mulheres e menciona seus direitos tais como: assegurar a segurança legal de posse e o igual acesso à terra para todos, incluindo as mulheres; fazer reformas legislativas e administrativas para dar às mulheres o pleno e igual acesso aos recursos econômicos, incluindo o direito à herança e à propriedade de terra e outras propriedades; facilitar o diálogo regular e a participação de gênero dos vários atores envolvidos na produção da habitação.

Assim, as questões referentes ao acesso à terra e à propriedade urbana e a garantia do direito à moradia adequada para todos - homens e mulheres - são centrais para o objetivo de promover assentamentos humanos sustentáveis. Por outro lado, a disponibilidade dos serviços urbanos básicos também é uma questão chave, uma vez que sem eles a moradia não será adequada.

## **Cúpula da Alimentação - Roma 1996**

A Cúpula da Alimentação reconheceu o papel decisivo que a mulher tem na economia do lar e na segurança alimentar nacional e que as mulheres são imprescindíveis para a eliminação da pobreza. A Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cúpula de Alimentação demandou dos Governos "que assegurem um ambiente político, social e econômico que promova condições melhores para a erradicação da

pobreza e para a paz duradoura, baseado na participação igualitária de mulheres e homens, que é o mais indicado para alcançar segurança alimentar sustentável para todos". Para atingir essa meta, os governos se comprometeram a promover igualdade de gênero e empoderamento das mulheres através de vários meios; a) implementando compromissos realizados na IV Conferência da Mulher; b) incluindo a perspectiva de gênero em todas as políticas e programas; c) garantido o acesso igual a todos os serviços e recursos produtivos; d) melhorando a coleta, disseminação e uso de dados desagregados por sexo na agricultura, pesca, e no desenvolvimento florestal e rural; e) coletando informação sobre o conhecimento e habilidades tradicionais das mulheres em agricultura, pesca, gerenciamento florestal e de recursos naturais.

## **Conferência Mundial de Educação de Adultos - CONFITEA V - Hamburgo 1997**

A Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos e a Agenda para o Futuro não só refletem as preocupações específicas das mulheres no que diz respeito à educação como também incorporaram a perspectiva de gênero na educação de adultos, através da defesa da justiça de gênero na aprendizagem.

Na Conferência ficou evidente a necessidade de abordar a ainda existente marginalização das mulheres através dos seguintes temas: a) a representação e o acesso igualitário à educação; b) uma pedagogia participativa sensível às questões de gênero; c) os efeitos adversos da violência sexual; d) a globalização e o ajuste estrutural; e) a promoção das organizações de mulheres. E de assegurar que a perspectiva de gênero seja incluída em todos as áreas como um tema transversal.

A justiça de gênero na aprendizagem é um projeto dirigido tanto aos homens quanto às mulheres. Ficou constatado que enquanto algumas iniciativas de capacitação feminina contribuíram de fato para a emancipação das mulheres, outras reproduziram e reforçaram as desigualdades e os estereótipos de gênero, ficando evidente que não se trata apenas de acesso mas também do conteúdo do que se ensina aos homens e às mulheres. Um dos resultados mais importantes da Conferência foi incitar as oportunidades de aprendizado para mulheres paralelamente à sensibilização de homens e mulheres para a questão de gênero.

O documento da UNESCO preparado por Edgar Morin nos fala dos sete saberes necessários para a educação do futuro:

- ensinar os princípios de um conhecimento pertinente, capaz de abordar os problemas globais e fundamentais de modo que possam se inscrever nos conhecimentos parciais e locais.
- ensinar a condição humana, a unidade complexa da natureza humana ( bio/psico/social/histórica/ cultural) que está desintegrada na educação e mostrar o vínculo indissolúvel entre a unidade e a diversidade de tudo o que é humano.
- ensinar a identidade terrena - mostrar que todos os seres humanos enfrentam os mesmos problemas de vida e morte e vivem em uma mesma comunidade de destino.
- ensinar a enfrentar as incertezas - ensinar princípios de estratégia que permitam enfrentar os riscos, o inesperado, o incerto e a mudar sua avaliação devido à informação adquirida no caminho. É preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas através de arquipélagos de certezas.
- ensinar a compreender - a compreensão mútua entre os seres humanos, tanto os próximos quanto os estranhos e estudar as raízes da incompreensão para entender as causas do racismo e da xenofobia.
- ensinar a ética do gênero humano - promover a educação para a cidadania definitiva para que possamos exercer nossos direitos sem cometer desatinos com o nosso ambiente.
- aprender a exercer os nossos direitos - exigir as ações preventivas e as reparações necessárias.



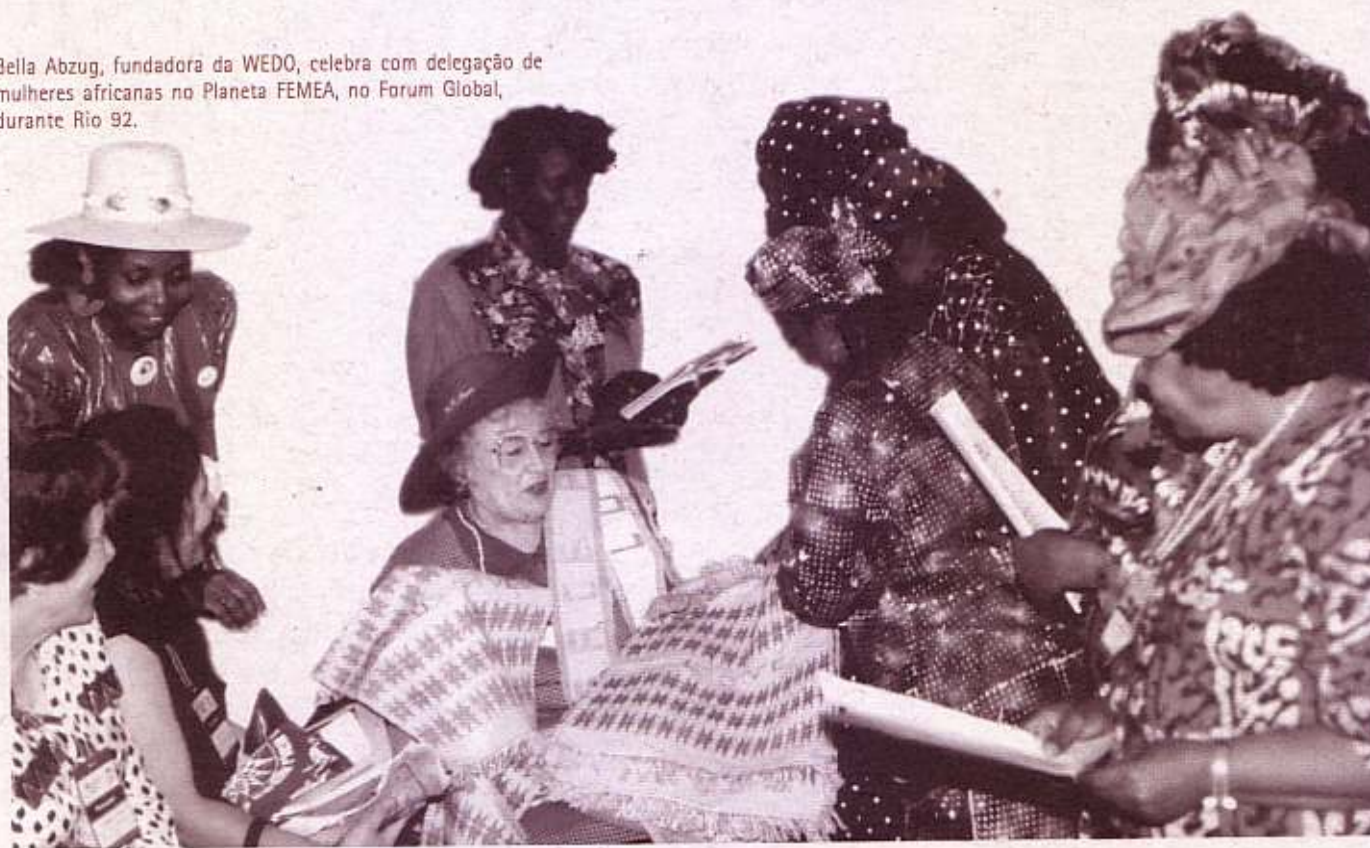
## Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância - Durban 2001

A presença das mulheres nesta Conferência, assim como nos seus processos preparatórios, foi marcante. Embora houvesse a resistência de vários governos de tratar da interseccionalidade das discriminações de gênero e raça que pesam sobre as mulheres, ao final, a Declaração aprovada reafirma que "os Estados têm o dever de proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as vítimas e devem adotar a perspectiva de gênero, reconhecendo as múltiplas formas de discriminação que as mulheres enfrentam (...)"

Os países que ficaram até o final da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, assinaram dois documentos finais: a Declaração e o Programa de Ação. Entre outras propostas, o último texto recomenda aos países: aumentar ações e políticas públicas em favor das mulheres e jovens afrodescendentes, dado que o racismo as afetou mais profundamente, colocando-as em desvantagem e em uma situação mais marginalizada; adotar políticas públicas e dar impulso aos programas em favor de mulheres e garotas indígenas, com o objetivo de promover seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, colocando um fim a sua situação de desvantagem por razões étnicas e de gênero.

Para o desenvolvimento e avaliação de políticas de combate à discriminação racial e de gênero, os Estados devem coletar, compilar e disseminar dados desagregados por raça e gênero. A interseção entre raça e gênero deve ser considerada na elaboração e revisão de leis e políticas públicas. A perspectiva de gênero deve ser incluída em todos os programas e ações voltados para o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância. O documento final também enfatiza a necessidade de coibir o racismo ambiental que se traduz na instalação de indústrias e no depósito de dejetos prejudiciais à saúde nos bairros onde vivem minorias raciais.

Bella Abzug, fundadora da WEDO, celebra com delegação de mulheres africanas no Planeta FEMEA, no Fórum Global, durante Rio 92.



# Agenda das Mulheres Brasileiras pela Paz e por um Planeta Saudável

Reproduzimos abaixo o resultado da consulta às mulheres brasileiras no processo de elaboração da Agenda 21 das Mulheres pela Paz e por um Planeta Saudável, realizada entre os dias 19 e 20 de outubro de 2001 no Rio de Janeiro. Dessa reunião participaram cerca de 300 mulheres, representando os diferentes segmentos da sociedade democrática. Os resultados estão classificados em 8 temas principais, cada um deles dividido respectivamente em três subtópicos: crítica, possíveis soluções e objetivos a serem alcançados.

## Tema 1:

### A Globalização e a Reivindicação por Transparência e Responsabilidade nas Instituições do Sistema Global

#### Crítica:

1. Dez anos após a Rio 92 os problemas ambientais globais (buraco na camada de ozônio, desmatamento, aquecimento global, poluição das águas e acúmulo de poluentes orgânicos persistentes) estão cada vez mais severos e poderemos chegar ao ponto no qual os sistemas físico e biológico não serão mais capazes de atender às necessidades humanas.
2. Hoje mais de 1.3 bilhões de pessoas vivem com menos de \$1 por dia das quais 70% são mulheres. Além disso, 800 milhões estão subnutridas, 1.3 bilhões não têm acesso a água limpa e 2 bilhões não têm saneamento, o que causa a morte prematura de milhões de pessoas todos os anos.
3. Globalização se tornou um lugar-comum para nos referirmos a todas atividades humanas nas quais as interações estão cada vez mais relacionadas entre si, mutuamente interativas e ocorrendo no nível global. Sua dimensão econômica inclui o movimento em direção a uma economia mundial caracterizada pelo livre comércio, livre movimentação do capital financeiro e real e a rápida difusão de produtos, tecnologias, informações e padrões de consumo. A gestão deste processo tem sido realizada de maneira autoritária e sem transparência; gerando, reproduzindo e agravando desigualdades de todo o tipo, inclusive de gênero; concentrando riqueza e poder e expandindo a pobreza.
4. Há quem identifique também aspectos positivos tais como a emergência de uma globalização dos direitos, de um processo de globalização da cidadania, de construção de uma sociedade planetária. A possibilidade real de estabelecer uma outra ética da vida em nível global, uma ética do viver bem, do viver com qualidade de vida, partindo dos consensos já constituídos em torno dos direitos humanos universais civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, e ampliando-os dentro de uma perspectiva multicultural.
5. Essa generalização da qualidade de vida exige, no entanto, que se transcenda a cultura consumista dos países desenvolvidos. A sustentabilidade ambiental e social depende das mudanças no padrão de produção e consumo dos países ricos já apontado na Agenda 21, em seu Capítulo 4, como uma das causas fundamentais do processo que está nos levando a extrapolar a capacidade de suporte do planeta. Estes níveis de consumo também criam e reforçam padrões de vida muito desiguais, e se tornam modelos do que seria o estilo de vida ideal para todos, promovendo uma perigosa distorção de valores.
6. Essas preocupações estão, no entanto, muito distantes do que propôs na década de 90 o pensamento econômico que dominou os governos de muitos países em desenvolvimento, inclusive dos latino-americanos. As políticas em curso buscam a privatização dos bens e serviços públicos e mais segurança para os investidores e a propriedade privada.

7. Essas prerrogativas dominantes, também conhecidas como Consenso de Washington, vem sendo cada vez mais questionado já que as evidências contrariam o argumento de que a globalização permite que os recursos sejam aplicados onde são mais necessários. As economias nacionais precisam se ajustar continuamente às mudanças nas condições da economia global para que possam colher os benefícios associados à globalização. Os aspectos mais proeminentes destas mudanças se referem a seus impactos nos empregos, cada vez mais "flexíveis", informais e precários.

8. Este questionamento vem aumentando dramaticamente desde as manifestações de dezembro de 1999, em Seattle, aonde 50.000 pessoas organizaram protestos criticando tanto as políticas da Organização Mundial do Comércio quanto os rumos da globalização e seus efeitos no aumento da pobreza, da violência, do crime e da degradação ambiental. Desde Seattle já houve protestos em Melbourne, Davos, Praga, Nice, Gotemborg, Okinawa, Windsor e, mais recentemente, em Gênova. Estes protestos levaram à realização e à continuidade, em Porto Alegre, do Fórum Social Mundial como contraponto, crítica e questionamento ao modelo vigente de globalização.

9. Outra dimensão questionável da globalização sem limites é a falta de transparência e responsabilidade democrática e o aumento do crime, da corrupção e do terrorismo. É fundamental assegurar que as instituições que dirigem a globalização sejam democraticamente responsáveis e financeiramente transparentes.

10. A forma de condução do processo, "de cima para baixo", aprofunda a exclusão, as desigualdades, a proliferação da pobreza e a concentração da riqueza e do poder. Além disto, o processo estimula o agravamento do racismo e da xenofobia como forma de justificar a desigualdade e a exclusão de milhares de pessoas, notadamente mulheres.

11. As crises econômicas dos anos 90 mostraram que a especulação com o capital financeiro pode ser devastadora para economias nacionais. As instituições globais ( FMI, Banco Mundial e OMC) enfrentam cada vez mais a vigilância e o clamor por reformas e o debate sobre como tornar a ONU mais efetiva e relevante vem se intensificando. A existência de instituições globais, entretanto, não concretiza um Estado Global, ao qual, necessariamente, deveriam corresponder cidadãos e cidadãos de direitos e de deveres também no plano global.

12. Esta realidade tende a mudar face os recentes acontecimentos de 11 de setembro que levaram à criação de uma aliança global anti-terrorista e reacenderam o debate sobre a necessidade de mudanças radicais na concepção de mundo e de uma revisão dos valores hegemônicos planetários.

13. Os efeitos da globalização sobre as mulheres variam de acordo como os níveis das estruturas sócio-econômicas dos países e de sua integração à economia mundial. Alguns resultados têm sido a queda dos níveis de fertilidade, o aumento da educação das mulheres, o aumento da urbanização e a mudança das estruturas familiares. Pesquisas demonstram que a globalização aumenta as responsabilidades múltiplas do trabalho remunerado e não remunerado das mulheres, já que os governos não incluem o trabalho não remunerado na contabilidade nacional.

14. A reestruturação produtiva e as políticas de ajuste, a flexibilização das relações de trabalho, o desmonte de conquistas, a negação de direitos; bem como a redução do papel do Estado e os investimentos cada vez menores em políticas sociais agravam as condições de vida da grande maioria, com uma sobrecarga desproporcional para as mulheres que tem efeitos dramáticos para as suas vidas em geral, notadamente como trabalhadoras. Apesar de em geral o emprego feminino ter crescido continuamente nas últimas duas décadas, persistem as enormes diferenças entre homens e mulheres relativas à qualidade, condições de trabalho e pagamento.

## Possíveis Soluções

15. A globalização aumentou consideravelmente a mobilização das mulheres e esta tendência deve ser fortalecida à medida que elas se acostumam a se fazer ouvir nas reuniões internacionais entre governos. As Conferências da ONU dos anos 90 ressaltaram a necessidade da equidade de gênero e do fortalecimento da participação das

mulheres nos processos decisórios.

16. O processo de globalização aumentou a participação das mulheres na economia de mercado - esta tendência deve ser estimulada e expandida. As mulheres possuem de 20 a 30% dos negócios globais e estão rapidamente se tornando uma força econômica. Governos e bancos descobriram que estas mulheres pagam suas dívidas e investem os lucros nas famílias e comunidades mais do que os homens. Os programas de microcrédito são uma estratégia para mitigar a pobreza feminina e em diversos países foram estabelecidos programas de governo para aumentar o acesso das mulheres ao crédito. No entanto, estas mudanças ainda não são suficientes para contrabalançar o ônus que recai sobre elas para que possam participar do mercado de trabalho.

17. As políticas para aumentar a participação das mulheres na força de trabalho remunerada devem ser complementadas por políticas voltadas para aliviar a carga do trabalho doméstico.

## **Objetivos a serem alcançados**

18. Recomendamos que os governos aloquem e garantam os recursos financeiros, técnicos e materiais adequados para implementar projetos e programas destinados a aumentar a participação feminina na formulação e execução de políticas ambientais.

19. É necessária uma análise abrangente dos aspectos da globalização que impactam as questões de gênero, raça e etnia, quais seus impactos sócio-econômicos e a ampla divulgação desta informação.

20. Devem ser adotadas as medidas necessárias para alcançar as metas aprovadas no Ciclo Social das Nações Unidas (da Rio 92 à Durban 2001), como a da paridade nas instâncias de poder, redução da mortalidade materna, mortalidade infantil, água potável, a redução das desvantagens sofridas pelas populações vítimas do racismo, da discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância etc.

21. Medidas de erradicação da pobreza e atenção a questões específicas de gênero e raça são urgentes. As instituições financeiras internacionais devem apoiar os países em desenvolvimento e em transição a enfrentar estes desafios, sem minar suas capacidade financeira e estabilidade econômica de longo prazo. Este apoio deve se dar através de iniciativas tais como: comércio livre e justo; renegociação e alívio das dívidas; e aumento da assistência oficial ao desenvolvimento considerando a meta de 0.7% do PIB dos países desenvolvidos como componente deste apoio.

22. A idéia de uma taxa global sobre transações financeiras deve ser promovida. O processo da Rio + 10 deve ser construído sobre os esforços já empreendidos em outros fóruns, buscando desenvolver respostas políticas internacionais coordenadas que representem um passo adiante em termos de cooperação entre os governos, governança global, e cidadania global e corporativa.

23. Até 2005, levantar US\$ 21.7 bilhões para garantir que 100 milhões das mulheres mais pobres do mundo e suas famílias consigam crédito que viabilize a obtenção de renda.

24. Garantir que os governos implementem a nova Convenção da Organização Internacional do Trabalho para proteger as pessoas que trabalham em casa e o compromisso estabelecido em Pequim para a criação de contas satélite nos sistemas de contabilidade nacional e para medir o trabalho não remunerado, promovendo a valorização das dimensão produtiva e reprodutiva.

25. Garantir que as idéias e valores promovidas pelas conferências e convenções da ONU sejam aplicadas, obrigando os países signatários de tais documentos a implementar políticas públicas de combate ao tráfico de seres humanos.

26. Garantir que as idéias e valores promovidos pelas conferências e convenções da ONU sejam ensinados através do sistema escolar e do ensino não formal e informal, promovendo uma cidadania ecológica e socialmente responsável.

27. Criar um fórum internacional para monitorar a implementação da Agenda 21 e outros acordos pelo setor privado;
28. Estimular a criação de padrões globais de investimento mais sensíveis às questões ambientais e sociais;
29. Incentivar o Comitê Ambiental da Organização Mundial do Comércio a trabalhar para esta organização se adequar à Agenda pós Rio.
30. Definir e implantar normas para a prestação de contas pelas empresas transnacionais, organismos financeiros multilaterais e pela própria OMC sobre os efeitos que suas políticas têm produzido para o desenvolvimento humano e sustentável, definindo mecanismos que promovam a transparência e assegurem a necessária prestação de contas pelas instituições responsáveis por Orçamentos Globais.

## **Tema 2:**

### **Dimensões Sócio-Ambientais dos Conflitos e da Corrida Armamentista; o Papel das Mulheres na Construção da Paz**

#### **Crítica**

1. A violência não é compatível com o desenvolvimento sustentável e a violência organizada, na forma de conflitos armados, ignora sistematicamente os direitos humanos. As consequências dos conflitos oriundos das lutas entre interesses de grupos específicos (drogas, máfia, fundamentalistas), de lutas pelo poder nas relações políticas, da violência urbana, do tráfico de drogas e da existência de uma indústria de armamentos, afetam comunidades e a sociedade como um todo.
2. Os direitos humanos refletem o estágio em que se encontram as sociedades nos quais são aplicados e podem ser divididos em gerações. A primeira é a dos direitos individuais, em seguida vieram os direitos coletivos seguidos pelos direitos dos povos. Agora estamos debatendo a quarta geração que trata dos direitos entre todos, com a mensagem de harmonia entre homens e mulheres e a natureza, sem relações de dominação.
3. As vítimas civis, especialmente mulheres, crianças, idosos e deficientes, muitas vezes são mais numerosas que entre os combatentes. As mulheres, as crianças, os idosos, os portadores de deficiência e os grupos sociais discriminados, em razão de raça, etnia, classe social, cultura e condição de origem são especialmente afetados pela violência, através da perda de suas casas e famílias, estupros, prostituição e gravidez forçadas. Outra consequência é que as mulheres se tornam as únicas provedoras da família e, mesmo em meio aos conflitos, têm um papel chave na manutenção da ordem social e na preservação das comunidades.
4. Conflitos causam sérios impactos ambientais como a destruição de florestas, terra e sistemas de abastecimento de água, causando também a escassez de alimentos. O uso de gases tóxicos provoca danos contínuos e permanentes. As áreas de assentamento de refugiados sofrem enormes pressões por recursos como terra, energia e água.
5. Os imensos recursos gastos com a indústria armamentista devem ser revertidos para aliviar a pobreza e a fome no mundo.
6. O tráfico de armas também tem sérios impactos sobre as mulheres. Há mais de 500 milhões de armas leves no mundo, das quais 40% são ilegais - estas armas matam entre 500.000 e 700.000 pessoas todos os anos. Todos os dias são usadas armas de fogo para seqüestrar e escravizar sexualmente mulheres e meninas.
7. A violência direta contra a mulher ainda é aceita culturalmente em muitos países do Terceiro Mundo que, mesmo tendo legislação específica sobre o tema, pouco a aplicam e sem a severidade necessária.

8. Na América Latina a violência urbana afeta diretamente as mulheres. Elas são usadas como "mulas" por traficantes de drogas, têm seus filhos cooptados e na maior parte das vezes assassinados pelo tráfico. O convívio com a violência é constante sendo suas casas freqüentemente invadidas por forças policiais, sem mandato.
9. A globalização do crime ocupou os vácuos deixados pelo Poder Público. Segundo a Organização das Nações Unidas, de um a quatro milhões de pessoas desaparecem por ano no mundo, em sua grande maioria mulheres e meninas. Na maior parte, pessoas provenientes dos países pobres e do Leste Europeu, encaminhadas para o comércio sexual nos países do Primeiro Mundo.
10. Brasil tem 2,6% da população mundial. No entanto, ocorrem no país entre 9% e 13% das mortes causadas no mundo por armas de fogo leves. Em 1995, só a polícia do Estado do Rio matou em ações oficiais 358 civis, número próximo do total de civis mortos por todas as polícias de todas as cidades dos Estados Unidos (385) no mesmo ano. A porcentagem de mulheres assassinadas por seus parceiros com armas de fogo nos Estados Unidos chega a 80% e no Brasil a 46%. [Women, Peace and Disarmament].
11. Na América Latina a violência urbana e a criminalidade estão se tornando parte da cultura local que também é incentivada pela indústria de brinquedos e de "games".
12. Esses dados, entretanto, não contemplam as várias dimensões da violência no país em suas manifestações específicas, no campo, no lar, contra as crianças de rua e os homossexuais, entre outras facetas. No entanto, eles podem ser tomados como um termômetro que alerta para um tipo específico de epidemia social.
13. É preciso que se registre também que a violência afeta seletivamente certos segmentos da população, com destaque para os favelados e moradores da periferia e, em seu interior, os jovens entre 17 e 25 anos e membros da população negra.

## Possíveis Soluções

14. Prover desde cedo e de forma permanente a educação formal e informal para a paz, promovendo uma cultura de paz, tolerância e justiça.
15. Promover a participação direta das mulheres nos processos de resolução de conflitos através das Nações Unidas e outros fóruns internacionais e ações para o cumprimento das leis, tratados e convenções pertinentes.
16. As organizações de mulheres consideram que a redução de gastos militares, do comércio de armas e o controle rigoroso sobre o acesso a armas de fogo são pré-requisitos essenciais ao desenvolvimento sustentável.
17. Faz-se necessário proteger a vida das mulheres e de suas famílias em situações de conflito armado, da mesma forma que em outras situações de risco, assim como reduzir o abuso dos direitos humanos em situações de conflito e ampliar os mecanismos de humanização da segurança pública.
18. O papel das mulheres como promotoras da paz e segurança social no nível comunitário deve ser traduzido em políticas públicas e reconhecido internacionalmente.
19. As mulheres devem promover uma campanha internacional pela paz e pela redução dos gastos militares, do comércio de armas e por um controle rigoroso do acesso a armas de fogo. Os gastos militares devem ser revertidos para a promoção do desenvolvimento sustentável.
20. Promover o acesso às cortes internacionais visando coibir o descumprimento dos direitos humanos, leis, tratados e convenções.
21. Promover campanha contra os jogos eletrônicos, armas de brinquedo e programas televisivos que incentivem a violência, fazendo frente à difusão da violência através da mídia.
22. Exigir do governo federal a implementação de políticas públicas que coibam o tráfico de seres humanos, esclarecendo a população com campanhas de prevenção.

## Objetivos a serem alcançados

23. Garantir o acesso igualitário e a participação integral das mulheres nos níveis decisórios das estruturas de poder e nos processos de resolução de conflitos.
24. Promover programas que fortaleçam a capacidade de liderança e capacitação profissional e revelem a contribuição das mulheres para a paz e o apoio às redes e ao diálogo das lideranças femininas, ampliando a sua autonomia e participação política e comunitária.
25. Incluir a perspectiva de gênero, raça, etnia e opção sexual em todas as políticas e programas de promoção e manutenção da paz.
26. Coletar dados diferenciados por gênero, raça, etnia, classe e opção sexual sobre o impacto dos conflitos.
27. Prevenir e tornar visíveis os impactos ambientais dos conflitos.
28. Aumentar os esforços para que todas as nações assinem e implementem os acordos internacionais que regulamentam a corrida armamentista e protegem os direitos humanos.
29. Aumentar os esforços internacionais para parar a corrida armamentista, reduzir gastos militares e estabelecer controles sobre a disponibilidade de armas.
30. Envolver as mulheres na formulação de políticas públicas de prevenção e combate ao tráfico de drogas.
31. Promover a aplicação rigorosa da legislação nos casos de violência contra a mulher, realizar campanhas temáticas contra a violência sexual e doméstica e promover a capacitação e reciclagem dos profissionais de saúde e policiais no atendimento à mulher em situações de violência.
32. Promover campanhas de educação, formal e informal, sobre os direitos humanos das mulheres e campanhas temáticas contra a violência sexual e doméstica. Promover ações que visem o cumprimento da legislação.
33. Promover oportunidades de educação formal e informal, lazer e trabalho, com incentivo à difusão e acesso a atividades e estudos culturais para jovens de comunidades carentes, prevenindo dessa forma o seu ingresso no tráfico.
34. Promover a capacitação no campo dos direitos humanos para policiais civis e militares e incluir a percepção de gênero na formação dos agentes de segurança pública e justiça.
35. Promover ações educativas junto à mídia contra propagandas que incentivam o turismo sexual usando a imagem da mulher, o que incentiva a exploração sexual de mulheres e meninas, o tráfico de mulheres e a desvalorização do sexo feminino. Os governos locais devem implementar um código de ética do turismo como forma de coibir o turismo sexual e a exploração sexual de meninas e meninos.
36. Reforçar a convenção internacional de repúdio à sistemática utilização danosa da imagem da mulher pela mídia.
37. Promover campanhas educativas através da mídia local (rádios e jornais comunitários) e grande mídia em linguagem acessível às populações carentes.
38. Exigir que os governos implementem políticas públicas que coibam o tráfico de seres humanos, e promovam campanhas de prevenção e esclarecimento sobre o problema.
39. Iniciar uma campanha mundial, liderada pelas mulheres, contra o terrorismo, a expansão da guerra e em defesa da soberania nacional e a auto determinação dos povos.

## Tema 3:

### Biodiversidade, Conhecimentos Tradicionais e Recursos

#### Crítica

1. A diversidade biológica da Terra está ameaçada pelos atuais padrões de produção e consumo que contribuem para a destruição de habitats naturais. No nível local, a perda da biodiversidade ameaça a sobrevivência de populações tradicionais, que dela dependem para a produção de alimentos, fibras, remédios e outros produtos. A segurança alimentar global também fica ameaçada, já que 66% da população mundial depende de alimentos providos pelo uso de conhecimentos tradicionais sobre plantas, animais e sistemas agrícolas (RAFI 1994)
2. De acordo com a FAO, as mulheres produzem de 60 a 80% da comida na maioria dos países em desenvolvimento e são responsáveis pela metade da produção mundial de alimentos. Além disso, também são responsáveis pela coleta de combustível para cozinhar e de água.
3. Considerando que a contaminação das águas potáveis do planeta é um fator que atinge diretamente a preservação da biodiversidade, há necessidade de políticas de saneamento básico condizentes e adaptadas para povos que vivem em ecossistemas não urbanizados, como: povos da floresta, ribeirinhos, reservas indígenas, quilombolas, assentamentos rurais, etc.
4. Na maioria das sociedades as mulheres têm um importante papel na gestão da diversidade dos ecossistemas já que são as principais responsáveis pelo sustento de suas famílias. As pequenas agricultoras conhecem as necessidades alimentares de suas famílias, bem como o potencial nutritivo de suas culturas agrícolas e desenvolveram uma série de estratégias baseadas na gestão da diversidade genética. Em muitas sociedades as mulheres são responsáveis pela manutenção das sementes e desenvolvem uma grande variedade de culturas alimentícias. Mas a modernização da agricultura e a crescente ênfase na economia de mercado estão gradualmente erodindo estes conhecimentos tradicionais.
5. As mulheres não têm acesso a recursos como terra, crédito e educação. O fato do uso da terra estar cada vez mais voltado para atividades como monoculturas extensivas, turismo e processos industriais em detrimento da produção de comida, marginalizou e empobreceu ainda mais os pequenos agricultores. A degradação do solo é outra ameaça à sobrevivência das famílias nos países em desenvolvimento.
6. Os problemas ambientais e sócio-econômicos gerados pelos "grandes projetos", especialmente aqueles que atingem a biodiversidade como a expansão da soja nos biomas Cerrado e Amazônia, para alimentação animal e exportação, plantios de eucalipto para indústria de papel e celulose e produção de carvão; abertura de rodovias, ferrovias e hidrovias que cortam ou margeiam reservas indígenas; pecuária extensiva voltada à exportação; afetam todos os seres vivos, inclusive os humanos, deteriorando o meio ambiente e não democratizando o acesso aos recursos naturais.
7. A situação das mulheres em relação à democracia, aos direitos humanos e ao controle e acesso aos recursos praticamente não avançou nos últimos anos e, em algumas regiões, piorou. A privatização de terras agrícolas e de bens comuns, como florestas e rios, os concentra nas mãos de poucos - em sua maioria homens. O acesso a recursos como água, combustível, e forragem para animais está diminuindo, o que ameaça os direitos das mulheres sobre estes recursos fundamentais para sua sobrevivência.
8. A Convenção sobre Diversidade Biológica reconhece em princípio as contribuições dos pequenos agricultores e das comunidades indígenas para a proteção dos recursos e estipula que deve haver uma distribuição justa e igualitária dos benefícios decorrentes de sua comercialização. Mas não há regras claras e efetivas que garantam o cumprimento destes termos. (RAFI 2000). O crescente interesse nos conhecimentos indígenas coincide com o crescimento da indústria de



biotecnologia e com a corrida para desenvolver e fazer cumprir uma legislação sobre propriedade intelectual (TRIPs) que diminuirá ainda mais o acesso e o controle por parte das comunidades tradicionais a recursos vitais para sua sobrevivência.

9. Esta legislação está sendo usada como instrumento de proteção ao monopólio corporativo sobre tecnologias, sementes, genes e princípios ativos para fins medicinais. Requer níveis de proteção da propriedade intelectual que prejudicam o interesse público e os objetivos do desenvolvimento sustentável.

10. Os meios de comunicação vêm dando um destaque cada vez maior ao problema global da biopirataria, ou garimpagem genética. A biopirataria se refere ao roubo de recursos naturais e conhecimentos nacionais, sem que os países de origem recebam nada ou muito pouco em troca, comparado aos lucros potenciais de bilhões de dólares realizados pelas empresas biotecnológicas globalizadas que consomem estes recursos genéticos. Por falta de uma legislação adequada, no entanto, esta prática continua sendo perfeitamente legal.

11. O governo brasileiro se empenhou para ver aprovadas as novas leis de patentes em 1996 e de cultivares em 1997 - ambas feitas para atender empresas e governos estrangeiros empenhados em garantir amplos direitos de propriedade industrial para seus produtos e tecnologias. Mas não teve iniciativa alguma para criar regras para controlar o acesso comercial às riquezas contidas nas plantas, animais e microorganismos, apesar da existência de garantias para isso conquistadas na Convenção da Diversidade Biológica (CDB), assinada em 1992 e em vigor no País desde 1994.

12. No Brasil, tramitou no Senado Federal, de 1995 até 1998, um projeto de lei (PL306/95) de autoria da Senadora Marina Silva, visando implementar os direitos do País sobre seus recursos genéticos. Em termos resumidos, a intenção de uma Lei de Acesso aos Recursos Genéticos é criar regras para a concessão de licenças de acesso e uso desses recursos da biodiversidade nacional que têm valor econômico para as empresas que estão patenteando as biotecnologias usadas na sua transformação em produtos modernos, e caros, nos mercados globais. Pela CDB, o Brasil já têm direitos sobre seus próprios recursos genéticos e pode exigir benefícios econômicos e transferência de tecnologia em troca da concessão de acesso a eles.

13. O debate mundial sobre os transgênicos evidencia polêmicas no campo econômico, político, ético e científico, o que indica a necessidade de mais pesquisas sobretudo quanto às repercussões na saúde humana e no meio ambiente. Defendemos o princípio da precaução e a segurança alimentar: em caso de dúvida o ser humano não deve ser exposto à riscos. A defesa da biodiversidade inclui o combate à poluição genética, à erosão genética e a toda e qualquer biotecnologia que coloque em risco a diversidade enquanto norma da natureza viva.

14. As modernas técnicas de manipulação genética e a engenharia genética, necessitam de controle social e ético para garantir que a ciência sirva exclusivamente ao bem estar da humanidade. As técnicas de clonagem constituem, inegavelmente, um ataque à biodiversidade, sendo a clonagem humana abominável.

15. Quem paga as "corridas" da ciência é o conjunto da sociedade, às custas do suor e da fome de milhares de pessoas, logo, do ponto de vista político e ético, a definição de linhas de pesquisas e liberação de recursos devem estar atreladas ao controle social de comitês nacionais e internacionais de bioética que incluam paritariamente as mulheres nos espaços decisórios.

16. A indústria alimentícia multinacional tem colaborado para a degradação e desvalorização da biodiversidade mundial, quando homogeneiza hábitos e costumes alimentícios, interferindo e impondo mudanças através de pressões econômicas e de marketing sobre hábitos culturais de alimentação milenares, como tem acontecido na América Latina com a substituição de diversas espécies de milho por cereais europeus, como o trigo e o arroz.

17. A produção de sementes híbridas e mais recentemente das sementes estéreis, conhecidas como "terminator", ameaçam a segurança alimentar de todos os povos do planeta pela dependência e manipulação da agricultura, e tem servido a propósitos econômicos e não mais à sua função primeira: alimentação e garantia da sobrevivência dos povos do planeta.

18. A indústria de medicamentos provocou o desinteresse e a desmobilização das comunidades tradicionais em relação aos seus conhecimentos, usos e costumes sobre a utilização de remédios caseiros e ervas medicinais nativas ou cultivadas.

### **Possíveis Soluções:**

19. Reconhecer e divulgar o papel das mulheres na conservação e uso sustentável dos recursos naturais.
20. Apoiar o desenvolvimento de sistemas locais de registro de conhecimentos tradicionais e indígenas para garanti-los contra a pirataria. Desenvolver propostas concretas, inclusive legislativas no nível local e nacional, quanto ações para monitoramento e fiscalização para impedir a biopirataria.
21. Expandir os programas que coletam e registram o conhecimento tradicional das mulheres no que diz respeito à manutenção e utilização sustentada dos recursos naturais. Esse mecanismo de registro deve ser feito de forma participativa de modo a não extrair conhecimentos para interesses comerciais externos.
22. Garantir o retorno dos resultados de pesquisas, bem como seus benefícios, em forma de direitos coletivos, às comunidades e populações pesquisadas ou retratadas em vídeos, filmes, livros, teses ou dissertações de trabalhos técnico-científicos de qualquer natureza, empreendidos por instituições governamentais ou não governamentais.
23. Garantir por lei o direito coletivo das populações tradicionais e indígenas de aferir os benefícios advindos da exploração dos recursos genéticos, impedindo terceiros de patentear esses recursos sem o conhecimento e autorização das comunidades locais.
24. Criar um novo Centro sobre Comércio e Tecnologia no âmbito das Nações Unidas dotado de um mandato mais abrangente e os recursos necessários para funcionamento adequado.
25. Rever e fortalecer as políticas e mecanismos governamentais para regular e controlar as atividades das corporações, trabalhando desde o nível local, capacitando agentes sensíveis à causa da preservação da biodiversidade e respeito aos conhecimentos tradicionais, até os níveis nacional e internacional.
26. Reconhecer, valorizar, divulgar e principalmente viabilizar projetos que garantam a presença das mulheres na conservação e uso sustentável dos recursos naturais, devido ao seu papel na preservação e reprodução da vida.
27. Produzir e/ou apoiar a produção de material educativo para informação e conscientização das populações tradicionais e indígenas, prioritariamente, sobre o perigo que a biopirataria traz para sua autonomia, alertando-os sobre seus direitos coletivos a respeito de diversos conhecimentos milenares sobre a biodiversidade.
28. Apoiar projetos de pesquisa, regulamentação e registro de matrizes africanas e indígenas da medicina popular brasileira.
29. Apoiar projetos de certificação de produtos manufaturados por comunidades tradicionais ou indígenas que respeitem as convenções internacionais, façam monitoramento e não utilizem OGMS.
30. Revisão das Convenções de Armas Químicas e Biológicas
31. Capacitação de recursos humanos pertencentes às comunidades tradicionais e indígenas para elaboração e condução de projetos que fortaleçam, em caráter permanente, o uso adequado dos recursos naturais existentes com relação à alimentação regional e orgânica; reprodução de sementes nativas; defesa, uso e repasse de conhecimentos sobre ervas medicinais, além de educação para a saúde e educação ambiental.
32. Esclarecer através de campanhas educativas que a preservação da biodiversidade é a garantia da autonomia, auto-sustentabilidade e segurança alimentar de um país, alertando a população sobre a ameaça da pirataria e da dependência de sementes para produção dos alimentos.

33. Garantir e apoiar o desenvolvimento de projetos de gerenciamento integrado dos ecossistemas existentes nas microbacias, com a participação democrática das organizações civis, principalmente de mulheres rurais e urbanas, visando a proteção da biodiversidade e o acesso aos recursos naturais.

34. Pesquisar e implantar modelos agrícolas sustentáveis, que respeitem os princípios naturais da biodiversidade, como os sistemas agroflorestais.

### **Objetivos a serem alcançados**

35. Aumento do nível de conscientização no Brasil sobre as questões da biodiversidade, biopirataria, direito à patentes coletivas, etc. através de veículos de informação de massa, bem como campanhas de público direcionado.

36. As regras da Organização Mundial do Comércio devem estar de acordo com a legislação de direitos humanos, especialmente com o Acordo da ONU sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

37. Estabelecer que plantas, animais, micro-organismos e todos os outros organismos vivos assim como suas partes não podem ser patenteados, nem mesmo os processos naturais que os produzem.

38. Respeitar o direito dos países em desenvolvimento de determinarem as premissas de sua legislação, para que possam proteger suas comunidades, promover a diversidade e a sustentabilidade.

39. Em vez de instituir um regime global de patentes, incentivar a comunidade internacional a desenvolver métodos alternativos para reconhecer e proteger os conhecimentos, inovações, práticas e tecnologias tradicionais.

40. Aumentar o acesso de cada indivíduo, especialmente das mulheres, aos meios de produção que garantem seu sustento e eliminar as leis que impedem as mulheres de serem proprietárias de terra. Analisar as possíveis conseqüências das mudanças sugeridas para a agricultura, garantindo que as práticas locais não serão mudadas a não ser que as novas propostas indiquem que os membros em desvantagem da sociedade serão beneficiados em caráter permanente, não imediatista, além de ter objetivos auto-gestionários.

41. No Brasil, aprovar o PL306/95 e assegurar seu cumprimento.

42. Remover as TRIPs da Organização Mundial de Comércio.

### **TEMA 4:**

## **Protegendo a Saúde das Gerações Atuais e Futuras**

### **Crítica**

1. A segurança ambiental é um direito humano básico e um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável. As pessoas - agora e no futuro - devem ter a responsabilidade de exigir do poder público um ambiente seguro com acesso aos recursos necessários, ou seja, aos ecossistemas e à biodiversidade. As reservas ecológicas devem ser mantidas nas quantidade e qualidade apropriadas à manutenção e geração de vida de todas as espécies.

2. O movimento de mulheres discute a sustentabilidade pelo viés do combate à pobreza e às desigualdades sociais e de gênero, caracterizando a pobreza não apenas como insuficiência de renda, mas também como o não acesso a serviços, programas sociais e políticas públicas.

3. A degradação ambiental decorrente dos níveis insustentáveis de cobertura dos serviços de saneamento, de saúde pública, de segurança alimentar, de acesso à terra mostra o quanto a apropriação injusta e desigual dos recursos naturais, entre ricos e pobres, entre setor privado e setor público, entre mulheres e homens, entre

negros e brancos, entre centro e periferia, incorre em agressões ao meio ambiente.

4. Atualmente, em diversas partes do mundo, a segurança ambiental está ameaçada e pessoas estão expostas a substâncias químicas e tóxicas, e à radiação solar e nuclear. Não têm acesso à água limpa, terra, energia e alimentos. Além disso, há a ameaça dos desastres naturais, muitas vezes provocados pela própria ação humana.

5. As condições ambientais têm um importante papel na disseminação de doenças transmissíveis, responsáveis por 20-25% das mortes anuais no mundo. Anualmente, a falta de saneamento causa a morte de 12 milhões de pessoas e a poluição do ar a de 2.7 a 3 milhões. Diversas doenças como malária, infecções respiratórias e diarreias poderiam ser evitadas através de intervenções ambientais simples.

6. As doenças decorrentes da falta de saneamento são responsáveis por cerca de 65% do total das internações nos hospitais públicos e conveniados do Brasil. Estima-se que cada R\$ 4,00 investidos em saneamento significam uma economia de R\$ 10,00 em internações hospitalares.

7. O tabagismo é a principal causa evitável de doenças e mortes em todo o mundo e atualmente o câncer de pulmão já superou o câncer de colo de útero nos casos de mortes em mulheres. O tabagismo passivo é a 3ª causa de morte evitável no mundo, sendo as crianças suas maiores vítimas.

8. A utilização da energia nuclear para a produção de energia elétrica é outra grave ameaça à segurança ambiental, principalmente no tocante aos impactos ambientais provocados tanto pela instalação de uma usina nuclear quanto pelo armazenamento dos rejeitos nucleares. Constitui também risco à saúde e à vida da população. Sendo, ainda, deixada como ônus para as gerações futuras esta herança que continuará causando prejuízos aos cofres públicos em detrimento da aplicação de verbas no setor social. Há necessidade de manutenção, de técnicos e de serviços de segurança em todo o ciclo de instalação, utilização, até o período de descomissionamento de uma usina. Toda sua cadeia de produção - da mineração de urânio aos acidentes de operação até a disposição do lixo atômico - apresenta perigos à saúde humana.

9. Muitos produtos químicos que não existiam há 50 ou 100 anos agora estão dispersos em nosso ambiente (ar, água, solo e alimentos) e ainda não conhecemos todos os seus efeitos sobre a saúde. Os seres humanos estão no alto da cadeia alimentar e, portanto, expostos a níveis concentrados de poluentes. Muitos dos poluentes orgânicos persistentes causam problemas ao sistema endócrino, afetando a inteligência, a imunidade e a reprodução. Os metais pesados, também espalhados amplamente pelo ambiente, podem ter efeitos adversos na saúde humana causando câncer, problemas genéticos, e danos cerebrais e ósseos.

10. A comunidade científica está cada vez mais preocupada com as relações entre pobreza, problemas ambientais, mulheres e saúde reprodutiva. Vários produtos químicos estão associados a tipos femininos de câncer que afetam o sistema reprodutivo. Há muitos casos de gestações mal sucedidas e de dificuldades de desenvolvimento em crianças. A pobreza e a conseqüente desnutrição também estão associadas a problemas na saúde reprodutiva. Há uma preocupação especial com os efeitos dos poluentes orgânicos persistentes (POPs) em distúrbios da reprodução humana.

11. Outros riscos decorrem da mudança climática. Esse fenômeno não apenas aumenta seriamente os riscos de enchentes, secas e temperaturas extremas, mas também a localização, disseminação e intensidade das doenças veiculadas por insetos e pela água. Como as zonas ecológicas mudarão, há grandes riscos quanto à segurança alimentar e ao acesso à água. Estes impactos atingirão mais os pobres e as populações indígenas.

12. O número de refugiados ambientais vem crescendo constantemente, colocando mais pressão na segurança ambiental das áreas nas quais são confinados, com sérias conseqüências econômicas, sócio-culturais e políticas.

13. As mulheres têm menos acesso a oportunidades para proteger, promover e manter sua saúde e têm uma susceptibilidade diferente da masculina aos efeitos nocivos da poluição, sofrendo conseqüências específicas ao serem expostas. Os riscos à saúde feminina são especialmente altos nas áreas urbanas, bem como nas áreas pobres aonde há grande concentração de indústrias poluentes ou atividades agrícolas. As questões de saúde ocupacional vêm adquirindo mais importância à medida que mais mulheres trabalham em sub-empregos em condições insalubres.

## Possíveis Soluções

14. São necessários esforços para aumentar a conscientização sobre a relação entre condições ambientais, a segurança e a saúde humanas e o desenvolvimento sustentável.
15. Os países devem aumentar sua capacidade de implementar a legislação e os regulamentos nacionais, regionais e internacionais sobre poluentes e as Convenções pertinentes. Devem agir com firmeza em relação ao transporte de substâncias perigosas e de resíduos nucleares.
16. Todos os países devem implementar o Protocolo de Kyoto e os países em desenvolvimento ou em transição devem receber apoio adequado para isto. Com base no princípio da precaução, a energia nuclear deve ser banida.
17. Reduzir os riscos que ameaçam a saúde especialmente nos países e comunidade pobres, aplicando o princípio da precaução em todas as atividades e planos.
18. Melhorar as condições de moradia das pessoas que vivem em áreas ambientalmente inseguras, com a participação das pessoas afetadas no processo decisório
19. Devem ser empregados todos os esforços para prevenir o aumento do número de refugiados ambientais. As pessoas obrigadas a abandonar suas casas devem receber o status oficial de refugiadas e devem ser envidados esforços para que possam retornar suas atividades de subsistência de forma sustentável.
20. Promoção por parte do Poder Público de amplo debate sobre o programa nuclear brasileiro e criação de um Conselho para o monitoramento social das usinas e implementação de uma política séria de segurança e direitos humanos para o armazenamento dos rejeitos e um plano de emergência.
21. Ações educativas, legislativas e econômicas para o controle do tabagismo. A população deve ser informada sobre os malefícios do tabaco e deve ser oferecido tratamento aos fumantes no serviço público e desenvolvidas propostas alternativas para os agricultores do tabaco.

## Objetivos a serem alcançados

22. Usar o princípio da precaução em todas as atividades que possam afetar a segurança ambiental.
23. Devem ser coletadas informações, critérios e dados estatísticos sobre segurança ambiental e saúde. Os dados devem ser coletados sistematicamente, desagregados e analisados por sexo, idade e status sócio-econômico e usados para servir aos interesses dos grupos vulneráveis e marginalizados. A educação ambiental e a conscientização sobre segurança ambiental devem estar presentes em todos os níveis - da escola à administração de empresas.
24. As comunidades em geral e as mulheres em especial devem ser capacitadas a participar dos processos decisórios envolvendo segurança ambiental.
25. A perspectiva de gênero deve estar incluída em todas as políticas e programas ambientais de forma que antes que as decisões sejam tomadas seja possível uma análise dos efeitos sobre homens e sobre mulheres.
26. Até 2015 devem ser desenvolvidas alternativas seguras ao uso da energia nuclear e de substâncias tóxicas (na agricultura, indústria e residências) que devem então ser eliminadas.
27. Todas as pessoas deverão ter acesso a boa alimentação, água limpa e saneamento até 2015.
28. Promover a segurança alimentar realizando a reforma agrária e agrícola, e através de práticas como a

agricultura ecológica e agroindústria, humanizando as relações profissionais e familiares, valorizando a vida e a harmonia com a natureza.

29. Maior severidade na aplicação das leis ambientais.

30. Propor uma legislação que determine a eliminação dos POPs e todas as outras substâncias químicas de alta toxicidade e incompatíveis com a vida.

## **TEMA 5:**

### **A - Segurança, Soberania e Autonomia Alimentar Sustentável**

#### **Crítica**

1. As mulheres produzem mais de 60% dos alimentos do mundo e gastam os seus rendimentos mais do que os homens em alimentação e bem estar para suas crianças. Só 5% da ajuda multilateral chega às mãos das mulheres e nos países mais pobres, apesar de prepararem os alimentos, as mulheres e meninas servem primeiro os homens e assim recebem menos comida do que os homens e os meninos.

2. As mulheres recebem menos apoio do que os homens para melhorar a produção e, em muitos países, são frequentemente excluídas do acesso à reforma agrária e outras medidas sociais que promovem o acesso à terra, ao capital e à tecnologia.

3. Entendemos que a segurança alimentar e nutricional sustentável significa muito mais do que ingerir certa quantidade de calorias. A condição de segurança alimentar depende do direito das populações de definirem suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos, distribuição, acesso e consumo. Está voltada prioritariamente para satisfazer as necessidades das populações nos mercados locais e nacionais ao invés de priorizar a superprodução para a exportação e o superconsumo em mercados transnacionais.

4. Assim, a soberania e a segurança alimentar são incompatíveis com o modelo hegemônico de desenvolvimento que prioriza as monoculturas e traz como conseqüência a imposição do modelo de "fast food" ao qual as mulheres contrapõem o resgate da alimentação diversa, tratando o ato de comer como uma forma privilegiada de interação e convívio humano.

#### **Possíveis Soluções**

5. Localização e descentralização da produção e do mercado, em lugar de globalização e centralização da produção e distribuição de alimentos.

6. Respeito à integridade da natureza e suas espécies, considerando os seres humanos como integrantes da natureza, capacitados para agir com ela em vez de dominá-la.

7. Proteção da diversidade biológica e cultural na produção e consumo de alimentos

8. Garantir o acesso a alimentos saudáveis para todas as pessoas, principalmente para os setores mais vulneráveis, como parte do exercício pleno da cidadania e da democracia.

9. Facilitar a mulheres e homens - em igualdade de oportunidades - o acesso à terra, à água, aos bosques, aos meios de produção, ao financiamento, à capacitação e ao fortalecimento das capacidades de gestão e interlocução.

10. Apoiamos as propostas apresentadas por organizações da sociedade civil por ocasião da Cúpula Mundial de Alimentação em Roma em 1996 e insistimos na participação equitativa das mulheres para:

11. Elaboração de um Código de Conduta sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada, que sirva de

educativas participativas onde a experiência pessoal e os aspectos subjetivos possam ser trabalhados. Desta forma, promover o empoderamento e a autonomia das mulheres e das meninas e melhorar o seu status político, social, econômico e de saúde são objetivos importantes em si. Mas também são essenciais para que se alcance o desenvolvimento sustentável e para garantir a participação plena e a parceria de homens e mulheres em suas vidas produtivas e reprodutivas.

9. A desigualdade de gêneros, a falta de informação, a baixa escolaridade, a falta de acesso a serviços de saúde qualificados têm sido empecilhos e limites à autonomia e à igualdade social entre mulheres e homens e têm um alto preço para as vidas, a saúde e o potencial das mulheres e estão associados a altas taxas de fertilidade. Aonde se recusa às mulheres educação, meios seguros de sobrevivência e os direitos legais e sociais da cidadania, elas dependem das crianças como único meio de alcançar status e segurança. Mulheres educadas têm menos filhos e estes são mais saudáveis e bem educados. Aonde a taxa de mortalidade infantil é alta, os pais tendem a ter mais filhos na esperança que alguns sobrevivam, o que tem impacto na saúde das mulheres e das crianças.

10. Para as mulheres, bom atendimento pré-natal e obstétrico, meios seguros de contracepção, prevenção e cuidados com a AIDS / DSTs, respeitando-se os direitos sexuais e reprodutivos, inclusive das mulheres vivendo com HIV / AIDS, a despenalização do aborto e outros cuidados básicos de saúde são inseparáveis de serviços básicos como transporte, condições higiênicas e água limpa. O atendimento deve ser humanizado e qualificado à saúde integral levando-se em conta a diversidade sexual, de raça e de etnia.

### **Possíveis Soluções**

11. O debate sobre o desenvolvimento sustentável deve se caracterizar pelo compromisso de atender às necessidades humanas básicas através de programas baseados nos direitos humanos, no empoderamento e nas necessidades de homens e mulheres de todo o mundo.

12. No processo de garantir o atendimento às necessidades básicas deve ser feito um esforço adicional para que entre estas esteja o acesso aos serviços de saúde - incluindo aí serviços relacionados à sexualidade e à reprodução, como contraceptivos - à educação, saneamento, energia e alimentação.

13. Os investimentos e programas devem estar voltados para a integração da educação sexual e reprodutiva com os programas básicos de saúde, reafirmando o princípio da escolha informada, o acesso ao aborto seguro e legal e o fim de todas as leis e regulamentos que prejudiquem a saúde feminina.

### **Objetivos a serem alcançados**

14. Todos os países devem garantir o acesso aos cuidados com a saúde reprodutiva através do sistema básico de saúde, a todos indivíduos de idade adequada até 2015.

15. Até 2005, pelo menos 60% dos serviços primários de saúde e planejamento familiar devem oferecer o maior número possível de meios seguros e efetivos de planejamento familiar, cuidados obstétricos básicos, prevenção e tratamento de infecções do trato reprodutivo, e informações que promovam uma melhor qualidade de vida, inclusive de DSTs, anemia falciforme e agravos geneticamente determinados; 80% destes serviços devem estar garantidos em 2010 e, até 2015, todos os postos de saúde devem oferecê-los.

16. Até 2005, pelo menos 40% dos partos devem ser atendidos por pessoas capacitadas nos locais de alta incidência de mortalidade materna e 80% no mundo todo; estes números devem subir para 50% e 85% respectivamente até 2010 e a 60% e 80% até 2015.

17. A distância proporcional entre pessoas que têm acesso a meios contraceptivos e aquelas que expressam o desejo de espaçar os filhos ou limitar a família deve ser reduzida à metade até 2005, em 75% até 2010 e em 100% até 2015.

18. Para reduzir a vulnerabilidade à infecção por HIV/DSTs, pelo menos 90% dos jovens entre 15-24 anos devem ter acesso a meios de prevenção – camisinhas masculina e feminina, testes gratuitos e voluntários, aconselhamento e acompanhamento – até 2005 e pelo menos 95% até 2010. Os níveis de contaminação por HIV/DSTs em pessoas entre 15 e 24 anos devem ser reduzidos em 25% nos países mais afetados até 2005 e em 25% globalmente até 2010.

19. O Brasil com os recursos humanos e técnicos que já possui deve propor uma participação compensatória aos países africanos através de programas de combate a AIDS.

20. Até 2015 todos os países devem ter como meta eliminar a mortalidade materna e chegar a níveis de mortalidade infantil abaixo de 35 por 1000 nascidos vivos e a uma taxa de mortalidade menor que 45 por 1000 crianças até cinco anos de idade.

21. Envolver os adolescentes no planejamento e implementação de educação, informação e serviços apropriados a eles, que devem ser específicos e amigáveis, e tratar sem discriminação de suas necessidades de saúde sexual e reprodutiva, considerando seus direitos à privacidade, confidencialidade, respeito e consentimento informado. Estes programas também devem ser voltados para a aumentar a auto-estima de adolescentes e ajudá-los a assumirem responsabilidade por suas próprias vidas, promover a igualdade de gêneros e o comportamento sexual responsável; promover conscientização, prevenir e tratar DSTs e AIDS e o abuso e a violência sexual; e prover aconselhamento para adolescentes sobre como evitar a gravidez precoce e indesejada.

22. Até 2005 a taxa de analfabetismo feminino de 1990 deve ser reduzida à metade; e até 2010 90% das crianças devem estar na escola.

23. Ratificação universal da Convenção para Eliminar todas as Formas de Discriminação contra Mulheres incluindo o Protocolo Adicional

24. Pesquisas adicionais para desenvolver novos métodos de regulação da fecundidade, especialmente aqueles que também previnam DSTs e AIDS, porém que tenham como parâmetro a segurança absoluta da saúde da mulher, a capacidade de aumentar sua autonomia decisória, que sigam estritamente as regras éticas de pesquisas com seres humanos e sejam aprovadas pelos comitês éticos oficiais e submetidos ao acompanhamento e controle social e respeitem o princípio da não discriminação e não manipulação de gênero, raça e etnia.

25. Implementar as metas estabelecidas pela Conferência Ministerial do Fórum Mundial das Águas de março de 2000 para promover o acesso global a água tratada e saneamento básico.

26. Inserir as questões dos direitos sexuais e reprodutivos dos portadores de necessidades especiais e dos homossexuais e a questão de gênero, raça e etnia na formação dos profissionais de saúde

27. Universalização do acesso ao parto e nascimento humanizado de qualidade.

## **TEMA 6:**

### **A Dimensão de Gênero das Cidades Sustentáveis**

#### **Crítica**

1. A discussão sobre Cidades Sustentáveis só tomou vulto nos últimos dez anos, graças aos impulsos dados pela Rio-92 e pela Conferência Habitat II. A necessidade de ambientalizar as políticas urbanas, ou construir cidades com estratégias ecológicas, tem sido postulada em nichos distintos que mantêm um diálogo que vem sendo frutífero.



2. As estatísticas falam por si: com mais de 60% do PIB dos países desenvolvidos sendo produzidos em áreas urbanas, em 1990 havia 2,4 bilhões de habitantes urbanos em todo o planeta e, em apenas oito anos, este número saltou para 3,2 bilhões. No Brasil, a proporção de pessoas que moram em cidades era de quase 79% em 1996 e as projeções apontam para uma taxa de 88,94% em 2020.
3. O processo de urbanização nos países subdesenvolvidos, ressaltado no documento Habitat II, apresenta um quadro negativo de tendências, com destaque para o risco de não sustentabilidade da qualidade de vida em muitas cidades, seja pela destruição de recursos naturais e do seu patrimônio cultural, seja pela gestão e operação pouco cautelosas e não planejadas de seus serviços.
4. As cidades representam sistemas integrados de todas as atividades humanas - moradia, trabalho, cultura, lazer. Mas além de centros de civilização, as cidades também são locais de pobreza, alienação e desvantagem - nos países desenvolvidos 16% de seus moradores são considerados pobres e nos países em desenvolvimento 36% de todas as residências e 41% daquelas-chefiadas por mulheres vivem abaixo da linha de pobreza definida localmente.
5. No Brasil, as taxas elevadas e crescentes de urbanização observadas nas duas últimas décadas promoveram o agravamento dos problemas urbanos, em função do crescimento desordenado e concentrado, da ausência ou carência de planejamento, da demanda não atendida por recursos e serviços de toda ordem, da obsolescência da estrutura física existente, dos padrões ainda atrasados de sua gestão e das agressões ao ambiente urbano.
6. A relação perversa entre degradação ambiental e a pobreza merece um lugar central no debate sobre o desenvolvimento sustentável. Um número cada vez maior de famílias pobres não tem outra alternativa a não ser ocupar solo urbano em áreas de proteção de mananciais, fundos de vale, encostas, áreas ribeirinhas e no entorno de lixões. Os graves problemas ambientais que afetam as cidades do Terceiro Mundo são decorrentes de um processo de urbanização predatório sobre o meio ambiente e sobre o tecido social. Afetam a todos mas comprometem, mais incisivamente, as condições de saúde e de segurança dos segmentos mais pobres da população.
7. Mas alguns fatores positivos impulsionam o desenvolvimento sustentável e devem ser ampliados e fortalecidos. Entre eles podemos citar: a estratégia de inserção econômica competitiva adotada pelo país, que coloca as questões ambientais no primeiro plano da agenda econômica; o aumento da consciência ambiental da população e a crescente institucionalização de organismos e sistemas de gestão públicos do meio ambiente; o fortalecimento da vida democrática; a renovação significativa do arcabouço legal e as novas experiências em gestão urbana que vêm ocorrendo em todo o território nacional.
8. No mundo todo, além das questões relativas à falta de serviços básicos - como saneamento - em muitas cidades, a equidade e a coesão social estão intimamente ligadas à boa governança urbana. A participação igualitária das mulheres nos processos de governança é um pré-requisito à sustentabilidade das cidades. Apesar de seu potencial para melhorar as condições de vida das pessoas, os benefícios da urbanização não são distribuídos igualmente e as cidades ainda estão divididas entre os estabelecidos e os marginalizados, oferecendo oportunidades diferentes a homens e mulheres.
9. A exclusão impede que muitos grupos participem integralmente da vida urbana e aproveitem os serviços disponíveis. A governança participativa envolve o apoio às populações locais para que se envolvam e se beneficiem das oportunidades oferecidas pela vida urbana. Promover as lideranças femininas e aumentar o papel das mulheres nos processos decisórios e na implementação das ações é uma estratégia chave para aumentar a qualidade do planejamento e a cidadania.
10. O desenvolvimento urbano sustentável requer um foco específico sobre as mulheres porque diversas questões e necessidades relativas à moradia e abrigo, direitos à terra, educação ambiental, saneamento, renda e emprego, transporte, segurança e cuidados com crianças e idosos têm especificidades de gênero.
11. O acesso das mulheres à moradia e à terra é um dos catalisadores mais importantes para a estabilidade

das comunidades. A falta de acesso das mulheres aos direitos de propriedade é uma das principais causas da feminização da pobreza.

12. Na maioria dos países não há uma abordagem específica de gênero no desenvolvimento dos processos de Agenda 21 Local, ou processos que favoreçam a inclusão das mulheres nos processos de planejamento e implementação dos planos de ação resultantes e há uma falta generalizada de dados específicos para avaliar a situação das mulheres no nível local e prover informações sobre questões que dizem respeito a elas.

## Possíveis Soluções

13. Implementação pelos governos dos Acordos internacionais e provisão de assistência adequada aos países em desenvolvimento e em transição.

14. Governos e associações de autoridades locais devem promover as iniciativas ligadas à Campanha Global pela Governança Urbana e à Iniciativa Cidades Inclusivas entre suas cidades e seus membros

15. Os governos devem apoiar a formação de parcerias efetivas entre os diversos grupos de interesse da sociedade

16. Quanto à reforma das instituições e o fortalecimento dos atores locais, algumas das questões são: redefinir os papéis e as responsabilidades dos governos locais e centrais; promover estratégias de desenvolvimento que abranjam toda a cidade, regular a transferência equitativa de recursos entre os níveis de governo; encorajar a transparência; promover a participação e a cidadania; fortalecer as lideranças e promover a conduta ética na governança urbana, fortalecer as sinergias entre os processos de Agenda 21 Local e a implementação da Agenda Habitat.

17. Institucionalizar o planejamento e a gestão urbana sensíveis às questões de gênero. Para facilitar a igualdade de participação entre homens e mulheres podem ser criadas cotas; Conselhos de Mulheres cujos membros sejam vereadoras em exercício e as que já tiveram mandatos e ativistas femininas; e deve ser feita uma alocação apropriada de recursos.

18. Assegurar recursos específicos que viabilizem a participação das mulheres nas reuniões e fóruns de discussão sobre cidades sustentáveis e Agenda 21. Estes recursos devem estar voltados para ajuda doméstica, cuidados com crianças e transporte seguro.

19. Implementar estratégias criativas de educação formal e informal, informação e para promover a questão de gênero relacionada ao desenvolvimento sustentável,

20. Desenvolver trabalhos específicos e treinamento na questão de gênero com jovens de escolas, igreja, organizações comunitárias, sindicatos e grupos de voluntários.

21. Sensibilizar e capacitar o poder público local nas questões de gênero.

22. Disponibilizar e coletar dados estatísticos desagregados e indicadores de gênero, raça e etnia em relação a:

- direito de propriedade,
- acesso a recursos e serviços,
- renda e emprego,
- sensibilização dos formuladores de políticas,
- porcentagem de mulheres entre os tomadores de decisão,
- número de mulheres nos processos de Agenda 21 Local e outros fóruns de participação e em todos os estágios dos processos decisórios,
- % de recursos disponíveis para educação e capacitação em gênero e desenvolvimento sustentável,
- % de programas que beneficiem as mulheres e
- identificação da questão de gênero nas políticas públicas ( planejamento e gestão)

23. Aperfeiçoar a regulação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, eficiência e qualidade ambiental.
24. Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental e assegurando a efetiva participação da sociedade.
25. Promover mudanças nos padrões de produção e consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis.
26. Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando a sustentabilidade urbana.
27. Contemplar a inserção regional no planejamento das cidades ( unidade sugerida: bacia hidrográfica)
28. Elaborar material didático para difundir as questões de gênero nas organizações da sociedade civil.
29. Divulgar experiências de implantação das Agendas Locais
30. Incentivar os processos de escuta dos movimentos sociais
31. Promover e incentivar novas institucionalidades (fóruns da Agenda 21 Local)
32. Fomentar as manifestações culturais: ouvir os cantos da terra, agregar as idades e celebrar a vida.

### **Objetivos a serem alcançados**

33. Cada país deve produzir e publicar periodicamente relatórios sobre o estado de suas cidades incluindo informações desagregadas por gênero.
34. Até 2005 todos os países devem reconhecer o direito à moradia adequada, desenvolver políticas voltadas a este objetivo e alocar recursos para implementá-las.
35. O processo da Rio + 10 deve ser usado para revitalizar a implementação da Agenda Habitat.
36. Estudar as possibilidades de globalizar a Convenção de Arhus para promover o acesso à justiça e à informação ambientais.
37. Conectar as atividades locais, nacionais e internacionais para a geração de dados desagregados por gênero, raça e etnia e indicadores sensíveis às questões de gênero e raciais, criando sinergias entre elas.
38. A análise orçamentária por gênero deve ser mais desenvolvida e divulgada e as cidades devem compartilhar suas experiências.

## **TEMA 7:**

### **Governança e Desenvolvimento Sustentável**

#### **Crítica**

1. Bons sistemas de governança têm a participação e a democracia como pilares da legitimidade do sistema democrático; trabalham com transparência, efetividade, eficiência e receptividade às necessidades de todos e se baseiam na lei e na equidade entre gêneros. Um bom governo coloca as pessoas em primeiro lugar e é indispensável para a construção de sociedades pacíficas, prósperas e democráticas.

2. Através da história e em diversas sociedades vários grupos sociais, inclusive as mulheres, têm sido excluídos das estruturas de poder. Muitos sistemas de governo se baseiam na dominação de um ou de alguns grupos sociais, o que causa sofrimento e conflitos e não conduz à paz ou à justiça.
3. Apesar das mulheres serem 52% da população mundial, sua participação nas estruturas de governo tem se limitado a uma minoria que ocupa posições de decisão. Os governos se comprometeram, em uma série de acordos internacionais, a garantir o empoderamento das mulheres e a priorizar a equidade de gênero. A ONU indicou 30% de participação feminina até 2003 como a massa crítica necessária para o sucesso dos esforços para se chegar a uma representação realmente igualitária de 50/50 em 2005. Alguns países têm feito enormes progressos nesta área mas a falta de dados desagregados por gênero não permite uma avaliação adequada.
4. É evidente que a participação das mulheres no desenvolvimento sustentável está vinculada aos avanços da participação feminina nos governos como um todo. A participação igualitária de homens e mulheres nos processos decisórios é necessária para fortalecer a democracia e promover seu funcionamento apropriado. A igualdade de gêneros no processo político tem um papel fundamental para o avanço da causa feminina e é uma condição necessária para que os interesses específicos, os valores e as experiências das mulheres sejam levados em consideração.
5. Apesar do aumento do número de leis em relação às mulheres, a legislação apenas não garante a eliminação das desigualdades - é preciso um novo conceito de construção democrática e a promoção de uma cultura de debate.
6. O Capítulo 24 da Agenda 21 conclama os governos a tomarem providências a respeito de uma série de questões, entre elas: aumentar o número e a proporção de mulheres envolvidas nos processos decisórios do desenvolvimento sustentável; fortalecer as instituições governamentais que trazem sistematicamente uma perspectiva de gênero para as políticas governamentais; fortalecer a capacidade das ONGs e fortalecer uma abordagem sensível às questões de gênero nas pesquisas, coleta de dados e sua divulgação.
7. Uma divisão equilibrada de responsabilidades não apenas permite que as mulheres tenham uma melhor qualidade de vida mas também aumenta suas oportunidades de influenciar as políticas. A presença feminina nos governos e órgãos legislativos favorece a redefinição das prioridades, contribuindo com novas perspectivas sobre as questões políticas.
8. O analfabetismo e a pobreza são problemas fundamentais que impedem a plena participação das mulheres, mas também há outras barreiras, que afetam inclusive as mulheres dos países desenvolvidos, tais como: os cuidados com crianças e idosos, os horários das reuniões e a segurança dos meios de transporte.
9. Os benefícios da globalização não têm sido distribuídos de forma equitativa e as brechas entre ricos e pobres estão aumentando entre as nações e dentro delas, enquanto a degradação ambiental se intensifica, apesar dos inúmeros acordos, convenções e tratados existentes. Soluções viáveis já foram identificadas, mas faltam vontade política, coragem e os mecanismos apropriados para implementar uma visão comum sobre o futuro do planeta.
10. A emergência de novas formações de poder e transformação social, tais como as corporações e as ONGs, tem impacto nas decisões políticas e no cotidiano das pessoas. O surgimento das corporações transnacionais concentrou o poder de maneira sem precedentes na mão de uns poucos, em sua maioria homens de países desenvolvidos. A liberalização da economia global e a desregulamentação dos mercados financeiros levou à exclusão de grandes segmentos da sociedade global das decisões políticas e econômicas, sendo que muitas entidades privadas ainda não levam a sério os compromissos assumidos após a Rio 92.
11. As ONGs trabalham cada vez mais em escala global e vêm aumentando sua influência e reconhecendo a necessidade de prover informações sobre quem representam e como funcionam. As redes internacionais de mulheres têm se engajado ativamente no ciclo de conferências da ONU, conquistando um importante papel no monitoramento da implementação dos acordos.
12. Em muitas áreas tem sido usada uma abordagem tri-setorial com a representação de governos, setor privado e sociedade civil. Mas nestes casos se considera que a sociedade civil engloba todos os interessados que não são

governo ou negócios, tais como mulheres, jovens, sindicatos, comunidades indígenas, cientistas, etc. refletindo, assim, a realidade do atual sistema de poder. Sistemas de governança baseados nesta abordagem não levam em consideração os princípios fundamentais da equidade e da diversidade.

13. Entre as soluções já apontadas para um sistema global de governança podemos citar a Assembléia dos Povos das Nações Unidas ou Assembléia Parlamentar da ONU, as duas com função consultiva. Ao mesmo tempo, a ONU vem envolvendo diversos grupos e tem propiciado a participação das ONGs. Ainda assim, a maioria dos mecanismos de participação não estão formalizados e são insuficientes.

### **Possíveis Soluções:**

14. Precisamos uma visão comum da sustentabilidade e do equilíbrio entre os gêneros, baseada em valores compartilhados por todos, para quebrar a "corrente de culpa" que se criou em torno da falta de implementação da Agenda 21 e de outros acordos internacionais.

15. Um novo sistema de governança deve reunir todos os grupos da sociedade em parceria e o processo da Rio + 10 oferece uma oportunidade para a revisão dos mecanismos de participação e colaboração que devem incluir a definição de princípios, regras de conduta e objetivos comuns a todos. A participação responsável requer o apoio ativo do órgão facilitador, incluindo acesso às informações, justiça, financiamento, capacitação e treinamento e a criação de espaços para a participação nos processos decisórios e na implementação.

16. As corporações, com a colaboração dos governos, devem desenvolver mecanismos legais e regulatórios para promover investimentos social e ambientalmente responsáveis.

17. A falta de integração dos três pilares da sustentabilidade e das interconexões entre eles deve receber atenção prioritária através de ações como: melhorias no PNUD, inclusão do desenvolvimento sustentável nas diretrizes operacionais de todas as instituições financeiras; aproveitamento máximo dos acordos ambientais multi-laterais através de sua integração em todos os processos de planejamento e da reunião de todos estes e suas instituições; e tratar de forma efetiva as falhas no cumprimento dos acordos internacionais.

18. Para possibilitar uma análise de gênero efetiva, é necessário que os indicadores do desenvolvimento sustentável abarquem a equidade de gêneros e que seus dados sejam apresentados desagregados por gênero.

19. Todos os níveis e departamentos de governo devem integrar políticas e procedimentos para a inclusão de gênero. As estratégias para a equidade de gêneros na promoção do desenvolvimento sustentável devem incluir: programas de ação afirmativa, conscientização, capacitação, educação e treinamento de homens e mulheres, avaliação das instituições ligadas ao desenvolvimento sustentável para verificar o equilíbrio de gêneros e as evidências de tratamento adequado à questão; difusão das boas práticas; a superação da apatia e da falta de conhecimento das mulheres sobre os processos governamentais; a orientação de mulheres jovens para carreiras ligadas aos processos decisórios do desenvolvimento sustentável; e o respaldo a estes esforços com financiamento e apoio adequados; monitoramento e avaliação de sua efetividade e replicabilidade.

20. Governos e órgãos intergovernamentais devem operar dentro de uma estrutura consistente, previsível e transparente. Os processos de participação de todos os grupos da sociedade devem ser mais desenvolvidos, estudados e analisados e a participação das mulheres enquanto grupo social deve ser garantida através da análise de gênero das questões.

21. Para que o equilíbrio de gêneros seja alcançado nos governos é preciso expandir e melhorar os programas de ação afirmativa (sistema de cotas) e outros incentivos que encorajem e apoiem a liderança e a participação das mulheres nos processos decisórios e debater as mudanças necessárias nestes sistemas para que se tornem realmente efetivos.

22. É preciso superar as barreiras ao acesso das mulheres à informação e à participação através de uma análise rigorosa das necessidades femininas em diferentes níveis em cada país.
23. É preciso fortalecer a solidariedade e a cultura da inclusão e questionar as políticas autoritárias.
24. Promover a capacitação para a participação nos orçamentos públicos e nos mecanismos de controle social de forma a garantir a ampliação da perspectiva de gênero.
25. Ampliar as articulações da Agenda e dos setores e fortalecer a diversidade de vozes
26. Usar estratégias de comunicação/valorização da comunicação e ocupar espaços na mídia para socializar nossas experiências e nossas conquistas e para afirmar a transição de vítimas para sujeitos com direitos.

### **Objetivos a serem alcançados:**

27. Até 2004 deve ser feita uma revisão dos aspectos de gênero no conjunto de indicadores da Comissão de Desenvolvimento Sustentável e as Nações Unidas devem implementar uma metodologia que permita o acompanhamento da participação das mulheres nos processos decisórios; deve ser criada uma estrutura flexível para a participação de todos os grupos sociais e deve ser finalizado até então um processo de negociações com o objetivo de definir uma convenção global sobre as responsabilidades e obrigações das corporações. O progresso destes mecanismos deve ser revisto a cada 5 anos.
28. Com base nos acordos que reconhecem o envolvimento dos grupos sociais, a comunidade internacional deve desenvolver os mecanismos para que esta participação se torne mais efetiva até 2004.
29. Os governos devem se comprometer a implementar as medidas necessárias e estabelecer metas para o equilíbrio de gênero nos órgãos governamentais bem como no serviço público, nos sistemas judiciário e legislativo e buscar o equilíbrio de gênero também nas suas representações internacionais.

## **TEMA 8:**

### **Desafios e Oportunidades na Educação para Comunicação e nas Tecnologias de Informação**

#### **Crítica**

1. Um dos conceitos chave que permeia a Agenda 21 é a necessidade de informações adequadas para a formulação de políticas de desenvolvimento sustentável. Na maior parte dos países, sobretudo dos países em desenvolvimento, os dados são muitas vezes precários e pouco acessíveis. Há poucos dados desagregados por sexo, o que dificulta que seja implementado o capítulo 24 da Agenda 21, que propõe a formulação de políticas que reconheçam o papel central desempenhado pelas mulheres no processo de formulação de políticas de desenvolvimento sustentável.
2. O conhecimento é hoje em dia um dos principais fatores de superação de desigualdades. O conhecimento, a educação e o desenvolvimento científico e tecnológico tornaram-se essenciais para a soberania e a auto-determinação nacional. Cabe aos governos promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação, criando e mantendo serviços equitativos e universais, provendo educação dos procedimentos, voltada para o aspecto prático do conhecimento da tecnologia.
3. A sociedade da informação é um fenômeno global que representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia. Sua contribuição para a infra-estrutura de informações determinará quais regiões serão mais ou menos atraentes para negócios e empreendimentos. Há, ainda, uma dimensão social em virtude de sua possibilidade de promover

integração, reduzir distâncias entre pessoas e aumentar o seu nível de informação. O acesso à informação e às ferramentas da informática é hoje tão importante que já se fala de uma nova forma de exclusão social, a exclusão digital.

4. Esse tipo de exclusão tem incidência mais forte nos setores onde já existe discriminação: mulheres, negros e negras, indígenas e pessoas portadoras de deficiência. Os números no Brasil refletem essa realidade — nem dez por cento da população brasileira está conectada à Internet e os provedores de serviços de rede encontram-se concentrados nos grandes centros urbanos, onde o acesso maior é de empresas e de pessoas com alto nível de escolaridade. Há grandes regiões onde o acesso à Internet não existe ou é muito caro, esses vazios coincidem com as áreas mais pobres do país.

5. É fundamental que haja disponibilidade de pesquisas sobre a situação das mulheres e dados adequados, desagregados por gênero, para apoiar a formulação de políticas e programas. Ao formular metodologias para a coleta e o uso de dados, é importante reconhecer que as mulheres são tanto produtoras quanto usuárias da informação. O seu acesso às redes eletrônicas pode garantir mais participação nos processos decisórios relacionados à produção e regulação do setor de tecnologias de informação e comunicação que é, tradicionalmente, dominado pelo gênero masculino.

6. Um dos graves problemas do uso das informações pelas mulheres está diretamente ligado à sua falta de conhecimento. Há 900 milhões de analfabetos no mundo, dos quais 65% são mulheres. Na América Latina, essa disparidade é um pouco menor 86.2% das mulheres são alfabetizadas em relação a 98% dos homens.

7. A expansão da tecnologia da informação digital na década de 90 trouxe novas oportunidades de educação mas também novos desafios para viabilizar o acesso. Essa tecnologia depende do acesso a linhas telefônicas e só quinze por cento da população mundial tem acesso a 71% das linhas telefônicas disponíveis no mundo. 50% das pessoas nunca usaram um telefone; enquanto os países desenvolvidos têm em média 50 linhas telefônicas por 100 habitantes, os países em desenvolvimento podem ter até menos de uma linha por 100 habitantes.

8. Os avanços tecnológicos, especialmente na área da comunicação, têm sido um instrumento importante de construção de um processo global fundado na democracia e na garantia dos direitos humanos. Redes e articulações são constituídas em torno de objetivos comuns, de metas bem definidas, que geram a possibilidade de ações concretas ao nível global.

9. O acesso às novas tecnologias de comunicação, a inclusão digital, é fundamental para empoderar os segmentos marginalizados da população, viabilizando a globalização da informação. Afinal, informação é poder.

### **Possíveis soluções:**

10. A inclusão digital e universalização do acesso pressupõem três aspectos: conectividade, capacidade e conteúdo.

11. Devem ser estabelecidos mecanismos apropriados para recolher informações que dêem conta da complexidade das experiências e preocupações das mulheres, simultaneamente identificando problemas, limitações e oportunidades para aumentar a equidade de acesso a recursos e processos decisórios. Os dados devem ser formatados de forma a facilitar o seu uso e disseminados diretamente às mulheres, no nível local, para serem usados em ações que influenciem políticas.

12. A conectividade pressupõe acesso a uma linha telefônica e a equipamento, ou seja computador e modem que viabilizem o acesso. No caso específico da população feminina há que levar em conta os baixos graus de educação e as dificuldades em lidar com esse tipo de tecnologia.

13. Treinamento e capacitação adequados visam fazer com que as mulheres e as meninas tornem-se não só usuárias da Internet como também profissionais do amplo e promissor mercado das tecnologias da comunicação e produtoras de conteúdos para a Internet.

14. É muito importante que os conteúdos que circulam na Internet reflitam uma visão democrática da sociedade. Os parâmetros fundamentais para superação da pobreza e das disparidades de gênero, raça e etnia devem estar presentes. A Internet deve se transformar cada vez mais num instrumento de superação das desigualdades sociais.

15. Construir ambientes nos quais as mulheres se aproximem mais das tecnologias. Cursos gratuitos nas escolas públicas, criação de espaços virtuais focalizados nas áreas de interesse feminino.
16. Financiar projetos de capacitação para o uso da Internet por mulheres.
17. Priorizar a participação das ONGs feministas e de raça nos processos de seleção do FUST. Os quilombolas devem ser priorizados para a implantação de Telecentros. A capacitação das mulheres deve ser priorizada em todas as propostas e projetos de inclusão no uso das TCDIS.
18. Sensibilização de agências financiadoras para o financiamento de projetos de inclusão digital de gênero, raça e etnia
19. Garantir a participação de lideranças do movimento feminista nas comissões da sociedade civil ligadas a projetos de inclusão digital
20. Priorizar os projetos de gênero, raça e etnia nos processos de seleção dos programas nacionais de inclusão digital
21. Educação voltada para os aspectos práticos da tecnologia para as mulheres
22. Criar espaços virtuais para debate de gênero, raça e etnia
23. Implementar políticas que estimulem a produção de conteúdos relativos à história e cultura local
24. Promover a produção de estudos e estatísticas sobre a utilização da Internet segundo parâmetros de gênero, raça e etnia.
25. Promover a conscientização sobre a necessidade de eleger representantes para acompanhar e defender políticas de inclusão digital.

Reunião de Consulta para a Agenda 21 de Ação das Mulheres por um Planeta Saudável promovida pela REDEH em outubro de 2001 no Rio de Janeiro.





## **Desafios para a Implementação: Agenda 21 de Ação das Mulheres no Nível Local**

O documento Agenda 21 de Ação das Mulheres coloca uma forte ênfase no nível local. A sustentabilidade é uma questão de sobrevivência para as comunidades. No nível local, as mulheres podem se envolver e identificar de que forma suas questões específicas se relacionam com os problemas do meio ambiente e desenvolvimento. Desde 1992, a REDEH vem investindo no fortalecimento da participação das mulheres na implementação da Agenda 21 no nível local com resultados interessantes como veremos mais adiante.

É sem dúvida uma estratégia que pode resultar em frutos mas que implica em muitos desafios. Uma pesquisa realizada pela REDEH em parceria com a WEDO e o ICLEI (Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais) foi conduzida em 20 cidades de 16 países, cobrindo África, as Américas, a Ásia, o Pacífico e a Europa. O resultado revelou a falta de uma abordagem específica de gênero, seja nos processos de Agenda 21 Local ou em outros mecanismos semelhantes voltados para o desenvolvimento sustentável. No entanto, as pessoas que responderam também disseram que acreditam existir muito espaço para o desenvolvimento desta abordagem. Os desafios incluem: falta de consciência de gênero, tradições culturais, os múltiplos papéis das mulheres, preconceitos de gênero e barreiras institucionais. A seguir apresentamos uma breve perspectiva sobre cada um deles.

### **Falta de Consciência de Gênero**

Há uma falta geral de consciência, tanto entre mulheres quanto entre homens, sobre como as questões de gênero afetam as questões ambientais. Este vem sendo o principal obstáculo ao engajamento das mulheres desde a ECO 92. Apesar de diversas recomendações da Agenda 21 serem relacionadas a gênero e meio ambiente, é preciso urgentemente que haja mais dados específicos sobre o assunto. Estes dados são necessários para avaliar a situação das mulheres em comparação com a dos homens em relação a preocupações especificamente ambientais.

### **Tradição**

Em muitos países, a tradição é considerada uma das maiores barreiras para o engajamento das mulheres em processos políticos. Apesar dos papéis tradicionais exercidos por mulheres e homens poderem variar entre diferentes culturas e comunidades, é visto como natural que as mulheres permaneçam principalmente no contexto da esfera doméstica e enfrentem obstáculos para entrar na esfera pública em todos os níveis da sociedade.

### **Os Múltiplos Papéis das Mulheres**

Provavelmente o fio mais comum que une as mulheres que se envolvem em processos de participação local - seja em países desenvolvidos ou em desenvolvimento - são suas diversas funções como as principais responsáveis pelos cuidados com a casa e com a família, com o trabalho pago fora de casa, além dos serviços voluntários em suas comunidades. Ainda falta apoio institucional para a integração das mulheres aos processos decisórios. Falta flexibilidade nos horários de reuniões e faltam facilidades para o cuidado com as crianças, o que cria grandes barreiras à participação das mulheres.

## Preconceitos de Gênero, Raça e Etnia

Mesmo quando a participação das mulheres e as preocupações com questões de gênero são aceitas nos fóruns multisetoriais da Agenda 21, é preciso um esforço substancial para mudar o equilíbrio nas relações de poder entre os gêneros, raças e etnias. O preconceito contra as mulheres, especialmente negras e indígenas, ainda é muito comum e influencia na sua participação, bem como na distribuição dos recursos.

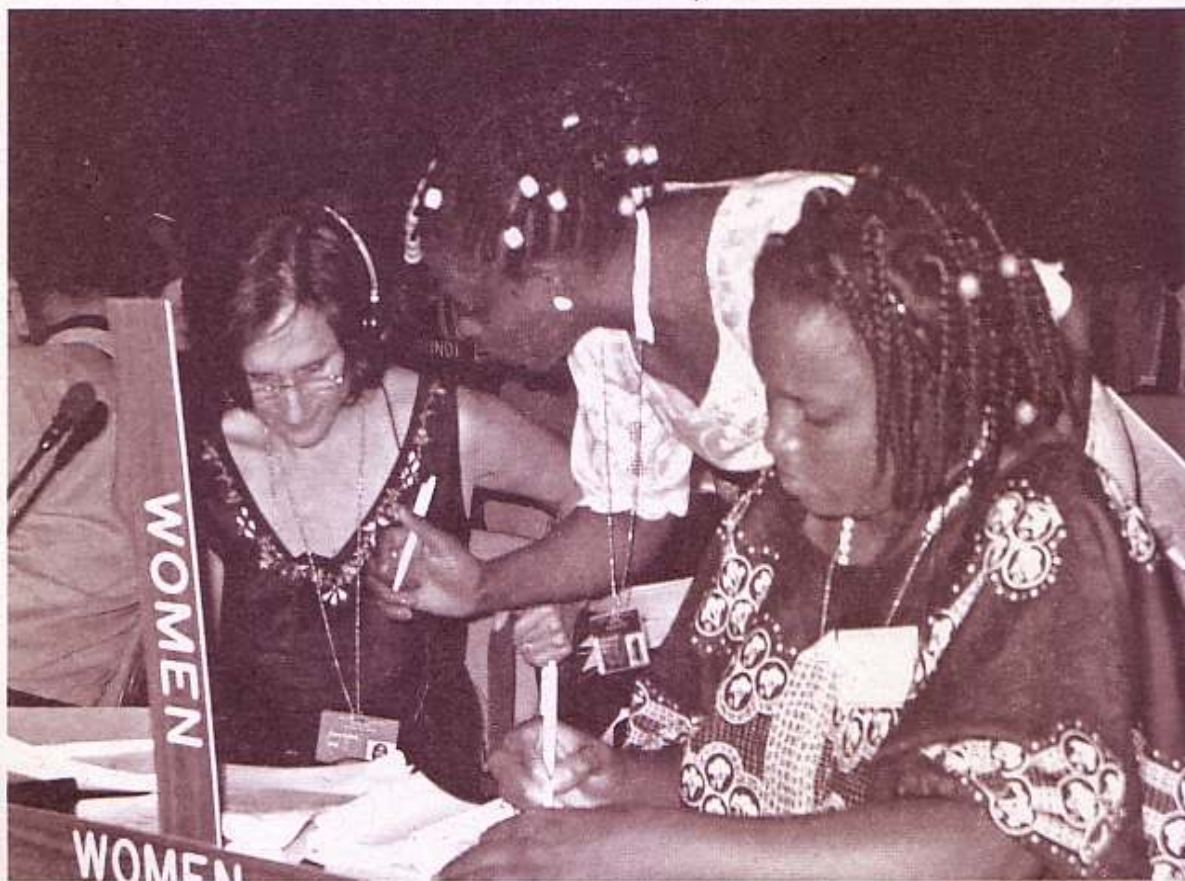
## Barreiras Institucionais

Neste plano, a pobreza e o analfabetismo são problemas relacionados entre si e que impedem a participação cívica, especialmente para as mulheres - que são a maioria dos pobres do mundo (70%) - bem como para a maioria das pessoas que não sabem ler ou escrever.

Os partidos políticos, sistemas eleitorais e órgãos legislativos podem acabar com as barreiras estruturais à participação plena e igualitária das mulheres na política. A revisão da ONU referente aos cinco anos da Plataforma de Ação de Pequim (junho 2000) mostra que os países que aplicaram sistemas de cotas aos governos, parlamentos e partidos políticos alcançaram um aumento significativo da representação das mulheres.

As práticas de financiamento de campanhas impõem outros obstáculos às mulheres. Normalmente sem recursos e freqüentemente sem condições de levantar fundos para competir com candidatos cheios de dinheiro, as mulheres continuarão a ser marginalizadas na política a não ser que as atuais leis de financiamento de campanhas sejam mudadas. Ao serem eleitas para legislaturas nacionais ou locais, elas freqüentemente encontram estruturas rígidas e formais e processos alienantes, dominados por esquemas opressores. Muitas legisladoras reclamam que "isso aqui é muito solitário" ou "este é um mundo dos homens" e buscam ajuda junto a grupos de apoio pedindo que mais mulheres se juntem a elas.

Negociação das Mulheres durante Diálogo de Atores com os Governos realizado em Bali, Indonésia na reunião do IV Comitê Preparatório para a Rio + 10, Maio de 2002.



## Mobilizando o Envolvimento das Mulheres nas Políticas do Desenvolvimento Sustentável

Muitas organizações vêm investindo em pesquisas e metodologias que ajudem a superar as barreiras mais comuns que impedem a participação das mulheres nos processos de desenvolvimento sustentável local. Reunimos algumas dessas práticas que foram coletadas a partir de experiências realizadas no mundo inteiro.

### A. Dados e Análises Desagregados por Gênero

É fundamental que haja disponibilidade de pesquisas que expressem a situação das mulheres e dados adequados, desagregados por gênero, para apoiar a formulação de políticas e programas. Ao formular metodologias para a coleta e o uso de dados, é importante reconhecer as múltiplas identidades das mulheres (brancas, negras, indígenas...). Independentemente de sua origem são tanto produtoras quanto consumidoras de informação. Assim, a estratégia deve ser dividida em duas:

Primeiro, deve estabelecer mecanismos apropriados para recolher informações que dêem conta da complexidade das experiências e preocupações das mulheres, simultaneamente identificando problemas, limitações e oportunidades para aumentar a equidade de acesso a recursos e processos decisórios. Os dados então devem ser formatados de forma a facilitar o seu uso e disseminados diretamente às mulheres no nível local para serem usados em ações que influenciem políticas.

A WEDO compilou uma lista dos principais indicadores relacionados às questões de gênero e desenvolvimento sustentável, para ajudar a medir a complexidade dos papéis femininos. Os indicadores que medem o nível de acesso das mulheres aos recursos são especialmente importantes.

Quando trazidos à atenção das mulheres, estes indicadores são úteis para prover um entendimento melhor das diferenças de gênero nos impactos ambientais. Tornam-se ferramentas de estímulo a melhores processos de defesa dos seus direitos e de monitoramento de políticas. Podem inclusive influenciar as comunidades a criarem seus próprios indicadores.

Os indicadores foram classificados em seis áreas: processos decisórios, água, energia, florestas, condições de vida e acesso à terra.

### Principais Indicadores

#### a) Processo Decisório em Questões Ambientais

Os indicadores de participação nos processos decisórios relativos ao meio ambiente se relacionam às questões das mulheres na gestão de órgãos ambientais, incluindo ONGs e governos. Eles podem ser usados para medir a amplitude do envolvimento da comunidade através de programas de extensão, capacitação e uso de ferramentas de participação. A amplitude e o uso de estudos de análise de gênero também fazem parte desta categoria.

#### Indicadores:

- Proporção de mulheres na diretoria dos escalões superiores dos órgãos que lidam com questões ambientais
- Proporção de mulheres na diretoria de ONGs que lidam com questões ambientais
- Número de órgãos que usam ferramentas de análise de gênero e de participação e / ou estudos na análise de problemas
- Número de mulheres e homens da equipe treinados em análise de gênero e planejamento

- Número de projetos e atividades iniciados por mulheres e homens na comunidade
- Número de programas de conscientização
- Existência de uma equipe para capacitação em questões de gênero
- Número de mulheres e de homens sendo treinados

## b) Água

Os indicadores relacionados à água e gênero incluem uma série de medidas relacionadas à facilidade de acesso à água - por exemplo, o tempo levado para conseguir provisões. A maioria dos outros indicadores tenta identificar a extensão do envolvimento das mulheres no planejamento e gerenciamento de projetos relacionados à água, tanto dentro de órgãos governamentais quanto no nível da comunidade.

### Indicadores:

- Porcentagem da população com acesso a água potável
- Porcentagem da população feminina com acesso a água potável
- Tempo gasto pelas mulheres para buscar água
- Número de mulheres e de homens que participam do planejamento e implementação de projetos relacionados à água
- Número de projetos de irrigação e água que levam em consideração as diferentes necessidades, dificuldades e oportunidades para mulheres e homens
- Número de planos para gestão de recursos hídricos que levam em consideração questões de gênero e as necessidades das mulheres
- Porcentagem de mulheres envolvidas com a manutenção de projetos comunitários relacionados à água
- Porcentagem de mulheres com poderes de decisão em projetos de pequena escala, urbanos ou rurais, relacionados à água
- Porcentagem de homens e mulheres sensibilizados para proteger as fontes de água e manter a qualidade e a higiene da água
- Porcentagem de casas que adotam técnicas simples de coleta de água para reduzir a carga de trabalho das mulheres e aumentar a eficiência no uso da água
- Número de grupos e organizações de mulheres que contribuem para fortalecer a participação e a capacidade das mulheres em projetos de desenvolvimento relacionados à água
- Número de mulheres na diretoria de autoridades e agências de água

## c) Energia

A lista de indicadores sobre energia inclui três categorias: medidas básicas de energia; acesso das mulheres a fontes alternativas ou melhores de energia, e envolvimento das mulheres no planejamento e implementação de projetos de energia.

### Indicadores

- O uso e a quantidade de lenha ou fibras de coco
- O uso e a quantidade de fogões a gás e/ou querosene

- O uso de querosene para iluminação
- Proporção de pessoas usando fogões a combustível (querosene) versus fogões a gás
- Tempo que as mulheres gastam coletando combustíveis, tais como lenha
- Porcentagem da população que usa fontes tradicionais de energia
- Número de mulheres e homens que participam do diagnóstico e do planejamento em programas de energia no nível da comunidade
- Número de projetos participativos de pesquisa sobre fontes alternativas de energia
- Número de mulheres que participam da criação de tecnologias apropriadas à conservação de energia
- Porcentagem de mulheres que têm sua carga de trabalho reduzida na coleta de combustíveis devido a tecnologias de conservação de energia
- Número de mulheres com problemas de saúde devido à má qualidade ambiental, possivelmente causados por fumaça
- Número e porcentagem de mulheres e homens que participam do planejamento, implementação e processo decisório relacionados à energia, em todos os níveis
- Número de pessoas da equipe do Ministério de Minas e Energia que receberam treinamento sobre questões de gênero

#### d) Florestas

Esta categoria esboça indicadores do envolvimento de ONGs de mulheres em atividades florestais e programas relacionados a gênero em órgãos florestais.

##### Indicadores:

- Número de projetos florestais planejados para atender especificamente às necessidades de mulheres e de homens
- Número de ONGs feministas envolvidas no plantio de árvores e outras atividades florestais
- Número de mulheres na diretoria de órgãos florestais
- Porcentagem do aumento do número de mulheres e de homens com capacidade para planejar, implementar e gerenciar programas florestais
- Número de mulheres e homens treinados em métodos participativos de avaliação neste setor
- Número de departamentos florestais governamentais e ONGs que adotaram programas de conscientização de gênero
- Porcentagem do aumento de renda de mulheres através da venda de mudas de árvores
- Porcentagem de mulheres envolvidas na produção de mudas de árvores e árvores frutíferas

#### e) Assentamentos Humanos, Saúde Ambiental e Meio Ambiente Urbano

Em termos de programas de assentamentos, o acesso igualitário é a principal medida usada para desenvolver dados e a saúde ambiental é também uma área rica em variedade de indicadores. Os indicadores do meio ambiente urbano medem gênero através do EIA (estudos de impacto ambiental) - procedimento requerido por muitos governos para a maioria dos projetos que potencialmente afetam o meio ambiente.

##### Indicadores:

- Proporção de mulheres e homens com acesso a programas sociais de habitação

- Proporção de mulheres e homens entre donos / ocupantes de casas pobres
- Número de organizações usando diretrizes que integram questões de gênero no planejamento e implementação de programas e projetos
- Número de pessoas especializadas em gênero envolvidas no desenvolvimento de planos e diretrizes para estudos de impacto ambiental
- Número de pesquisadores, planejadores e equipes de estudos de impacto ambiental que receberam treinamento para conscientização sobre questões de gênero
- Número de EIAs com componente de gênero
- Número de organizações usando pesquisa e treinamento participativo para gerenciamento e disposição de resíduos sólidos
- Porcentagem de mulheres e homens treinados em saúde humana e higiene
- Porcentagem de mulheres com um papel ativo em processos decisórios e de conscientização sobre saúde ambiental
- Aumento percentual do número de profissionais mulheres recebendo treinamento vocacional e profissional em assentamentos e saúde humana
- Número e porcentagem de mulheres que freqüentam seminários de conscientização sobre saúde humana e os perigos do lixo industrial
- Número e porcentagem de mulheres envolvidas no desenvolvimento de diretrizes para a gestão e controle da poluição
- Número e porcentagem de mulheres que usam pesticidas que estão adequadamente protegidas e informadas sobre os perigos inerentes a esta atividade

#### f) Acesso à Terra e Crédito

O acesso das mulheres à terra e ao crédito através de instituições formais são questões críticas em muitos países em desenvolvimento. Em termos de terra, o foco da análise está na equidade de acesso. Desigualdades no acesso ao crédito podem ser quantificadas através de medidas sistêmicas da disparidade entre os gêneros.

#### Indicadores:

O acesso das mulheres à terra e ao crédito através de instituições formais são questões críticas em muitos países em desenvolvimento. Em termos de terra, o foco da análise está na equidade de acesso. Desigualdades no acesso ao crédito podem ser quantificadas através de medidas sistêmicas da disparidade entre os gêneros.

- Proporção de casas em áreas rurais nas quais mulheres são as principais provedoras
- Porcentagem de famílias lideradas por mulheres sem acesso à terra
- Renda salarial média de agricultores, incluindo trabalhadores rurais, diferenciada por sexo
- Proporção de mulheres e homens recebendo títulos de terra em programas de reforma agrária
- Proporção de mulheres e homens com acesso a crédito
- Porcentagem de todas as fazendas de propriedade individual que pertencem a mulheres
- Total de todo o crédito concedido a proprietários de pequenas empresas e a porcentagem concedida a mulheres proprietárias de pequenas empresas
- Valor médio do crédito concedido a mulheres proprietárias de pequenas empresas e valor médio do crédito concedido a homens proprietários de pequenas empresas
- Porcentagem de empréstimos bancários e de outras instituições feitos a mulheres

## O Orçamento Participativo

O caso mais conhecido e bem documentado de Orçamento Participativo (OP) é o de Porto Alegre aonde a alocação dos recursos públicos pelo Município é definida pelos fóruns do Orçamento Participativo, onde governo e comunidades organizadas negociam e decidem critérios e prioridades para as intervenções municipais. A cidade, é dividida em 16 regiões e em cada uma são realizadas rodadas de reuniões (assembléias populares) onde o governo presta contas sobre a gestão da cidade (incluindo os investimentos), e as comunidades discutem internamente suas prioridades temáticas (saneamento, habitação, etc.) e de obras. Cada região elege seus representantes para compor o "Conselho do Orçamento Participativo (COP). O COP é responsável pelo estabelecimento de critérios para distribuição dos investimentos entre as regiões e pelo controle da implementação do orçamento.

A partir de 1994, o OP incorporou também as discussões por tema (toda cidade, sem divisão por regiões), as chamadas "Plenárias Temáticas". Existem cinco: a) Transporte e circulação; b) Educação, cultura e lazer; c) Saúde e assistência social; d) Desenvolvimento econômico e tributação e) Organização da cidade e desenvolvimento urbano, dividida em Meio ambiente e saneamento e Urbanismo e habitação. As Plenárias Temáticas também elegem membros para compor o COP.

Eleitas as prioridades regionais, temáticas e as demandas do governo (demandas institucionais), será elaborada a proposta a ser discutida com o COP. Aprovada a proposta, ela transforma-se na proposta orçamentária a ser enviada à Câmara de Vereadores. Com base na proposta orçamentária, COP e governo passam a elaborar o Plano de Investimentos (PI). O PI resultante é um compromisso entre demandas da comunidade e do governo, documentado e público.

### Orçamento público redefinido por critério de gênero

A Iniciativa de Alocação Orçamentária por Critério de Gênero (WBI), é uma espécie de orçamento participativo. Trata-se de um mecanismo que possibilita influenciar e monitorar os gastos governamentais de acordo com a perspectiva das mulheres. Muito popular na última década, tem um grande potencial para aplicação no nível local.

Exemplos de questões de gênero comuns que se refletem na alocação orçamentária incluem o não reconhecimento da contribuição feminina à economia de mercado, normalmente subestimada devido a estatísticas incompletas sobre o trabalho pago das mulheres; o trabalho doméstico que compete às mulheres; e o trabalho social voluntário onde as mulheres também são maioria.

## Gerando Informações sobre Gênero

Nas últimas décadas muitas organizações de mulheres lançaram iniciativas que permitem às mulheres expressarem suas preocupações sobre uma série de questões. Cartilhas, manuais de capacitação, estudos de caso e relatórios de pesquisa foram escritos e distribuídos com finalidades educativas e de defesa da cidadania. O uso da mídia também é uma ferramenta fundamental para o fortalecimento da cidadania feminina, influenciando a mudança de valores fundamentais das sociedades. Em algumas áreas as mulheres criaram suas próprias redes de mídia, usando métodos de baixa tecnologia que permitem interação, participação e expressão. E tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, mais e mais mulheres estão usando a Internet para se comunicar e fazer negócios, gerando renda para si e para as suas famílias e comunidades.

No Brasil, as mulheres usam o rádio em suas estratégias de mobilização. Mais de 10.000 rádios comunitárias já se estabeleceram no país e diversos programas sobre questões sociais são transmitidos por rádios comerciais, educativas

e religiosas. Há dez anos, cientes da importância de promover um canal para dar voz às mulheres e compartilhar suas visões, a CEMINA ( Comunicação, Educação e Informação sobre Gênero), uma ONG situada na cidade do Rio de Janeiro, começou um programa local de rádio. Este espaço diário permitiu que se desenvolvesse uma metodologia que logo se tornou muito popular entre grupos de mulheres e comunicadoras de rádio de todo o país. Através dos anos, a CEMINA expandiu o seu projeto contribuindo para que outros grupos tivessem iniciativas similares.

Hoje em dia, esta rede inclui aproximadamente 400 comunicadoras de rádio. A rede de rádio das mulheres é considerada uma das iniciativas mais efetivas no Brasil para divulgar a Agenda 21 de Ação das Mulheres desde 1992. Vem tendo um papel crucial na mobilização das mulheres e no incentivo a sua participação em iniciativas de desenvolvimento local sustentável. O contato pode ser feito através do site: [www.cemina.org.br](http://www.cemina.org.br) ou da rádio na Internet: [www.radiofalamulher.com](http://www.radiofalamulher.com)

### **A Formação de Agentes Educadoras Comunitárias (os)**

A metodologia das Agentes de Prevenção, concebida pela Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), baseia-se na capacitação de lideranças comunitárias para que passem a atuar em suas comunidades como multiplicadoras de temáticas que tenham impacto positivo sobre a qualidade de vida das pessoas.

Em 1996, o projeto Prevenção: Caminho para Saúde - um desdobramento de uma parceria da REDEH com o Programa Viva Mulher do INCA para prevenir o câncer de mama e do colo uterino - aplicou pela primeira vez a metodologia voltada para a mobilização de Agentes da Prevenção, numa experiência piloto no Estado do Rio de Janeiro, em parceria com secretarias de saúde dos municípios. Em 1998, o Ministério da Saúde lançou a Campanha Nacional de Combate ao Câncer do Colo Uterino e a segunda fase do projeto na qual, em parceria com o SOS Corpo, o IDAC (Instituto de Ação Cultural), o Grupo Transas do Corpo e a Casa da Mulher Catarina, foram realizados seminários nas cinco regiões do país. As lideranças capacitadas foram munidas de um kit, formado por um manual, uma fita de áudio, um vídeo e cartilhas didáticas para distribuição, e partiram para o campo com o objetivo de formar outras agentes. O resultado foi alentador: os cinco seminários se desdobraram em 62 oficinas e em torno de 2.000 agentes foram capacitadas.

A mesma metodologia foi utilizada ainda na formação de Agentes da Cidadania das Águas como parte do Programa Pernambuco na Luta contra a Desertificação, voltado para o manejo dos recursos hídricos. Foram realizados cinco cursos de 40 horas de duração voltados para agricultores dos sete municípios onde o programa foi implantado. O material didático foi desenvolvido no formato de história em quadrinhos cuja abordagem integra a educação ambiental focada no uso da água e na desertificação a partir da ótica de gênero. Um importante elemento neste projeto foi a capacitação dos participantes para a elaboração de programas de rádio que foram transformados em um CD distribuído para as emissoras dos municípios.

Essa metodologia tem se mostrado muito adequada para trabalhar temáticas de desenvolvimento sustentável no nível local e tem a vantagem de fortalecer a liderança das mulheres em seu trabalho comunitário.

### **Fortalecendo a Participação das Mulheres nas Políticas Locais de Desenvolvimento Sustentável: Poder Local Eu Também Quero**

O projeto Fortalecendo a Participação das Mulheres em Políticas Locais de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21, desenvolvido pela REDEH no período de 1999 - 2000, teve como objetivo consolidar uma metodologia de capacitação de lideranças femininas na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas de desenvolvimento sustentável no nível local. Na primeira fase piloto, o projeto capacitou 213 mulheres em seis municípios do Rio de Janeiro (Resende, Macaé, Petrópolis, Volta Redonda, Duque de Caxias e na capital). Seu kit didático apresentava um manual (Poder Local, eu também quero!), duas fitas cassete com o programa de rádio, uma fita de vídeo e uma série de publicações com informações sobre a Agenda 21.



O projeto iniciava-se com o estabelecimento de uma parceria com os municípios e um dos pressupostos era que o grupo capacitado representasse a sociedade, sendo paritário em relação à participação de representantes do Governo e da sociedade e diversificado em relação aos segmentos sociais. A metodologia usou dinâmicas interativas e participativas na simulação de um exercício de planejamento além de técnicas expositivas e do diálogo das mulheres com as autoridades locais. Assim, foi realizado um diagnóstico do município sob o olhar das mulheres (problemas, potencialidades, atores relevantes), exercícios de sensibilização para a questão de gênero e após uma exposição teórica sobre Agenda 21, sub-grupos debateram temas que emergiram do diagnóstico (programa, meta em relação a gênero, ações, agentes envolvidos, indicadores de avaliação). Após a apresentação dos trabalhos dos grupos, foram realizadas palestras sobre Elaboração de Projetos e Orçamento Municipal, seguidas pelo diálogo dos grupos com as autoridades locais. Os grupos também apresentaram estratégias de continuidade no sentido de reforçar o processo local de implementação da Agenda 21 Local e a participação das mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável.

## Para Conferir o Acesso Político das Mulheres

Reveja as questões a seguir para considerar o quanto a sua cidade tem sido sensível à incorporação das mulheres no planejamento local para o desenvolvimento:

As organizações de mulheres foram consultadas no processo de formulação e no desenvolvimento de políticas e programas?

Há projetos de capacitação voltados para as mulheres que facilitam sua participação ativa nas iniciativas de desenvolvimento local?

Há pesquisas para identificar as barreiras institucionais que dificultam a participação das mulheres?

As questões ambientais e de desenvolvimento que mais afetam as mulheres foram identificadas? É possível conhecer as identidades étnicas/raciais dessas mulheres?

Há incentivos à participação das mulheres no governo e processos locais de decisão?

Há recursos que permitam a participação das mulheres nos fóruns de desenvolvimento local ( financiamento para transporte e creche para cuidado com crianças; espaços para reuniões?)

Há estratégias de mídia que tornem a informação acessível em supermercados e outros lugares públicos freqüentados por mulheres?

As contribuições das mulheres foram integradas ao planejamento e implementação?

Usaram perspectivas de gênero ao formular políticas e programas?

Existe preocupação em acomodar os horários das reuniões às necessidades das mulheres?

Existe acesso igual de mulheres e homens à educação e a programas de treinamento sobre questões de desenvolvimento sustentável? E a representação

Reconhece-se o papel determinante das mulheres nas estruturas institucionais para o desenvolvimento sustentável? étnica racial tem sido contemplada?

Existe envolvimento das mulheres no monitoramento e avaliação das políticas, projetos e programas do desenvolvimento sustentável?